



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

DOUGLAS ANDRADE DA SILVA

TOTALITARISMO, ALTERIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Contribuições para a análise da política internacional

Brasília
2010

DOUGLAS ANDRADE DA SILVA

TOTALITARISMO, ALTERIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Contribuições para a análise da política internacional

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof^a Raquel Boing Marinucci

Brasília

2010

DOUGLAS ANDRADE DA SILVA

TOTALITARISMO, ALTERIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Contribuições para a análise da política internacional

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, 06 de dezembro de 2010

Banca Examinadora

Prof.^a Raquel Boing Marinucci, MSc.

Orientadora

Prof.^o Delmo de Oliveira Arguelhes. Dr.

Examinador

Prof.^a Silvia Menicucci de Oliveira S. Apolinário, Dra.

Examinadora

Àqueles que, apesar de tudo, nunca deixam de sonhar.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos aqueles que contribuíram, não só para a realização do presente trabalho, mas para a construção da graduação como uma experiência feliz e proveitosa.

Aos excepcionais professores do curso de Relações Internacionais, que incorporam com perfeição a diversidade do campo e que oferecem no seu trabalho inestimável exemplo profissional e pessoal.

Um agradecimento muito especial à professora Silvia Menicucci de Oliveira, orientadora no início dessa monografia, e que é responsável, em grande parte, pela minha atração ao tema aqui exposto; e à professora Raquel Boing Marinucci, referência de competência e sem a qual o presente trabalho não seria possível.

Aos valiosos amigos e amigas que fiz ao longo da faculdade, pelos belos anos de convivência, pelas preciosas memórias que me acompanharão por toda vida e, acima de tudo, por sua amizade, a mais preciosa conquista de toda essa experiência.

A minha família, em especial ao apoio e à compreensão de minha querida mãe.

E, sobretudo, a minha amada Lana, por seu carinho e paciência.

*Morta a individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem,
todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita
previsibilidade mesmo quando marcham para a morte.*

Hannah Arendt

Aqueles que são incapazes de lembrar o passado estão condenados a repeti-lo.

George Santayana

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo descrever alguns elementos do totalitarismo, trabalhado a partir da perspectiva de Hannah Arendt, para extrair deles reflexões que possam ser aplicadas às relações internacionais. Na concepção arendtiana, entende-se por totalitarismo o regime nazista da Alemanha comandado por Hitler e o comunismo soviético dirigido por Stálin. Na visão da presente análise, a característica mais marcante desses regimes é o lugar destinado à alteridade, ou seja, ao *outro*. O totalitarismo nega a diversidade e a pluralidade, não deixando nenhum espaço legítimo à alteridade. Por isso constitui um exemplo histórico único de onde emergem importantes considerações sobre as relações interpessoais, em especial sobre a construção da imagem do *outro* e sobre as atitudes dos homens diante daqueles que lhes são diferentes. São apresentadas aqui as consequências de uma visão do mundo maniqueísta, tal qual a totalitária, para as relações sociais. São discussões diretamente ligadas à construção do sistema internacional, se for considerado que este é moldado pela interação entre múltiplos atores. O presente trabalho, portanto, utiliza o totalitarismo e a alteridade para apresentar uma contribuição ao esforço da disciplina de Relações Internacionais de tornar o mundo inteligível.

Palavras-chave: Totalitarismo. Alteridade. Relações Internacionais. Maniqueísmo

ABSTRACT

This paper aims to describe some elements of totalitarianism, working from the perspective of Hannah Arendt, to extract from them ideas that can be applied to international relations. Arendt understands totalitarianism as the Nazi regime in Germany led by Hitler and Soviet communism led by Stalin. According to this paper, the most striking characteristic of these regimes is the place they reserve for the otherness, or the *other*. Totalitarianism denies the diversity and plurality, leaving no legitimate space for otherness. That's why it is a single historical example from where emerge important considerations regarding interpersonal relations, especially about the construction of the *other's* image and of attitudes that men can have when dealing with the difference. This paper discusses the consequences of a Manichean worldview, like the totalitarian one, for the social relations. The discussions are directly related to the construction of the international system - if we consider that this system is shaped by the interaction between multiple actors. This paper, therefore, uses totalitarianism and otherness as tools in way to present a contribution to the International Relations' effort of making the world intelligible.

Keywords: Totalitarianism. Otherness. International Relations. Manichaeism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 TOTALITARISMO.....	13
1.1 Regimes totalitários.....	15
1.2 Visão totalitária do mundo.....	20
1.3 A <i>tentação do bem</i>	22
1.4 Terror totalitário e violência.....	23
1.5 A destruição da individualidade.....	25
1.6 A <i>banalização do mal</i>	27
1.7 As testemunhas e o papel do indivíduo.....	31
2 ALTERIDADE.....	35
2.1 Identidade e sociedade de massas.....	37
2.2 Alteridade.....	39
2.2.1 Axiologia.....	42
2.2.2 Praxiologia.....	43
2.3 Maniqueísmo.....	50
3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	55
3.1 Globalização.....	56
3.2 Totalitarismo no Mundo Contemporâneo.....	58
3.2.1 <i>Tentação do bem</i> e violência na política internacional.....	59
3.2.2 O lugar do indivíduo no mundo e a <i>banalização do mal</i>	64
3.2.3 Maniqueísmo e Relações Internacionais.....	65
3.3 Alteridade nas Relações Internacionais.....	70
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais são um campo acadêmico relativamente recente. A primeira cátedra universitária dedicada ao estudo das relações entre as nações, a Woodrow Wilson, foi criada em 1919, na Universidade de Gales. O ano de criação é didático: a Grande Guerra apenas terminara e tinha início um esforço para entender os fatos que se desenrolaram nos anos precedentes – e, lógico, evitar que se repetissem. No Brasil, o primeiro curso de graduação data de 1974, na Universidade de Brasília.

Podem ser apontadas duas falhas consideráveis da disciplina, que, no entanto, não impediram seu progresso. A primeira é a imprecisão do objeto de estudo. O campo das Relações Internacionais nunca teve contornos bem definidos e seus especialistas nunca foram capazes de estabelecer um acordo sobre o que estudar ou, às vezes, nem sobre como estudar. Essa imprecisão do objeto, no entanto, não é consensual. Há aqueles que argumentam que as Relações Internacionais são um campo de estudo já consolidado e bem definido, constituído por conceitos e sistemas teóricos próprios, em que se observam, ademais, sofisticadas e consistentes discussões epistemológicas e metodológicas.

Pode-se, além disso, considerar o peso do “americanocentrismo” como a segunda falha da disciplina. De acordo com esse argumento, os EUA, como principal ator no cenário internacional, seria o principal interessado nesse ramo do conhecimento e, conseqüentemente, o principal responsável pelas discussões produzidas pelo campo. Assim, durante a maior parte da existência do campo, os debates interparadigmáticos tendiam a evoluir no ritmo das preocupações e dos interesses da superpotência americana. O resultado foi que durante muito tempo as discussões giraram em torno de duas teorias dominantes, que constituíram o mais representativo debate da Teoria das Relações Internacionais: o realismo e o institucionalismo neoliberal. A disciplina, portanto, não está assentada sobre uma única linha teórica, mas, pelo contrário, é marcada pela multiplicidade de abordagens.¹

¹ Para mais sobre esses debates, cf. RAMALHO DA ROCHA, Antônio Jorge. *Relações internacionais: teorias e agendas*. Brasília: Funag/Ibri, 2002; SMOUTS, Marie-Claude (Org.). *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB, 2004; MENDES, Flávio Pedroso; LIMA, Shênia Kellen. Realismo e Institucionalismo Neoliberal: um Panorama da Evolução do mais Representativo Debate da Teoria das Relações Internacionais. *Fronteira (PUCMG)*, v. 4, p. 63-90, 2005.

Não há como extrair do estudo contemporâneo das relações internacionais um modelo explicativo destas relações que seja amplamente reconhecido e utilizado pelos diversos investigadores, mas, pelo contrário, somos confrontados com paradigmas opostos e aparentemente irreduzíveis, cuja característica mais evidente é sua profunda heterogeneidade. São três esses paradigmas: realismo, pluralismo e globalismo/estruturalismo. As discussões, no entanto, se diversificaram desde os anos 80, originando um novo debate, desta vez entre positivismo e pós-positivismo. Nesse último, cinco alternativas promissoras podem ser ressaltadas: realismo científico; hermenêutica; Teoria Crítica; feminismo; e pós-modernismo.²

As discussões, portanto, mesmo que ainda muito concentradas naqueles três paradigmas principais, trilham um caminho de diversificação. O olhar mais minucioso sobre o campo permite concluir que Relações Internacionais foram construídas muito mais por acréscimos sucessivos que por avanços decisivos. O panorama teórico no campo é, dessa forma, bastante amplo. O presente trabalho, apesar de recorrer também a pressupostos teóricos das principais correntes de Relações Internacionais, não pretende se aprofundar nesses debates, mas sim oferecer reflexões que julga pertinentes ao esforço de tornar a realidade internacional mais inteligível. Para isso, entender-se-á como objeto das Relações Internacionais, aqui, o funcionamento do planeta ou, em outras palavras, a estruturação do espaço mundial por meio de redes de interações sociais.³ A compreensão de como se desenvolvem as “interações sociais” é premente em qualquer abordagem das relações internacionais e, portanto, também o deve ser nas Relações Internacionais. (As letras maiúsculas são usadas para se referir à disciplina como campo do conhecimento, enquanto as letras minúsculas fazem referência às interações sociais desenvolvidas no âmbito internacional.)

É, portanto, com o objetivo de contribuir para entender as interações sociais e as relações internacionais que a presente análise recorre a um exemplo histórico único: o totalitarismo. Isso porque o fenômeno totalitário, formado pela Alemanha nazista e pela União Soviética sob o regime de Stalin, possuiu características particulares e produziu consequências marcantes para a história da humanidade. O que se depreende de eventos

² Cf. BRAILLARD, Philippe. *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990; e SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; e ZALEWSKI, Marysia (Ed.). *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University, 1996.

³ Cf. SMOUTS, Marie-Claude (Org.). *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB, 2004.

tão singulares para a vida social? O presente trabalho pretende extrair reflexões e categorias da experiência totalitária e pensá-las na política mundial, em uma tentativa de estabelecer um diálogo entre o campo de Relações Internacionais e outras categorias da filosofia política ainda pouco desenvolvidas na área. São sugestões de elementos a serem considerados na construção de Relações Internacionais como campo do conhecimento. Para isso, o trabalho se divide em três partes principais.

O primeiro capítulo se dedica a apresentar o totalitarismo, desenvolvido principalmente a partir da perspectiva de Hannah Arendt. O conceito e os elementos que constituem o fenômeno totalitário são expostos como pano de fundo para se entender o movimento. Isso feito, são trabalhadas algumas categorias extraídas da experiência totalitária: a visão totalitária do mundo; a *tentação do bem*; o terror totalitário e a violência como meio de ação; a destruição da individualidade; a *banalização do mal*; e o papel do indivíduo. São elementos interligados e diretamente relacionados entre si, que foram escolhidos porque suscitam reflexões intimamente associadas às relações sociais e, portanto, têm algo a oferecer às relações internacionais. Quando analisados, percebe-se que há um traço comum a todos eles: a alteridade. Toda discussão sobre o totalitarismo passa, necessariamente, pela discussão de como os homens se percebem e quais atitudes têm uns para com os outros.

Dessa forma, o segundo capítulo se ocupa da apresentação e discussão da alteridade. Entender as redes de interações sociais que estruturam o espaço mundial significa entender como o *eu* percebe e interage com o *outro*. Independente do enfoque teórico, as relações internacionais são, antes de qualquer coisa, relações humanas, entre indivíduos que se percebem como diferentes. Procura-se discutir a alteridade a partir de duas dimensões: a dimensão axiológica (como os valores determinam a construção da imagem do *outro*) e a dimensão praxiológica (quais as ações possíveis diante do *outro*). Além disso, recorre-se ao fenômeno totalitário para apresentar as consequências do maniqueísmo para as relações sociais. O totalitarismo não reconhece o direito de existência do *outro* e apresenta tudo aquilo que carrega algum elemento de diferença como o “inimigo”, o “mal”, o “errado”. A percepção maniqueísta do mundo, portanto, gera trágicos resultados para a alteridade.

Os dois primeiros capítulos dão a base para os argumentos desenvolvidos na terceira parte. A alteridade e as categorias do fenômeno totalitário são retomadas como contribuições à investigação do sistema internacional. De forma sucinta, o terceiro capítulo utiliza o conceito de globalização para demonstrar a importância da alteridade

no mundo contemporâneo, bem como sua pertinência para as Relações Internacionais. As reflexões extraídas do totalitarismo também são apresentadas como subsídios essenciais à construção do conhecimento pelo analista internacional.

A proposta do presente trabalho é, portanto, estruturada por um caráter inegavelmente abstrato e subjetivo. Evidentemente, discussões em qualquer área das Ciências Humanas, se acompanhadas de argumentos consistentes, só contribuem para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do campo. Uma das maiores críticas feitas às Relações Internacionais como área autônoma do conhecimento é o seu caráter generalista. No entanto, propor-se a tornar a realidade internacional inteligível sem incorporar a pluralidade e a mutabilidade dos homens e do sistema internacional é uma tarefa impossível. O objeto de estudo de Relações Internacionais, ou seja, “a estruturação do espaço mundial por meio de redes de interações sociais”, abarca múltiplas facetas e interliga diferentes áreas do conhecimento.⁴ A generalidade, portanto, não só é inevitável como é desejável. Toda contribuição que ajude a iluminar algum elemento do funcionamento ou da construção do sistema internacional deve ser valorizada. É nesse sentido que a monografia pretende apresentar alguns elementos que o totalitarismo tem a oferecer às Relações Internacionais.

⁴ SMOUTS, Marie-Claude (Org.). *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB, 2004. p. 13

1. TOTALITARISMO

O século XX foi, por vários aspectos, um dos mais conturbados da história da humanidade. Não que os séculos anteriores tenham sido tranquilos. A historiografia demonstra que estabilidade raramente fez parte da História: guerras, revoluções, rupturas políticas, sociais e/ou econômicas sempre estiveram presentes ao longo de diferentes épocas, em diferentes sociedades e nos mais diversos cantos do mundo.⁵ O século XX, no entanto, trouxe eventos com características inteiramente novas.

Pela primeira vez, a humanidade conheceu conflitos com alcances globais. O palco dos combates não mais se limitou a um único país ou a um único continente. As duas grandes guerras mundiais arrastaram, mesmo que involuntariamente e indiretamente, todos os Estados ao conflito. O esforço de guerra atingiu proporções nunca antes imaginadas, mobilizando toda a capacidade material e humana para atender as demandas do conflito. O único objetivo era vencer o inimigo e todo o resto estava subordinado a esse fim. Os esforços eram levados ao limite e a mobilização de todos os recursos era irrestrita, o que pode ser definido como *guerra total*.⁶ Dessa forma, não bastava negociar a paz ou obter concessões, mas sim aniquilar o inimigo, que deveria ser combatido até a última bala. Assim, a Segunda Guerra Mundial culminou com o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. O bombardeio nuclear estadunidense, aliás, demonstra um outro fator inédito no século XX: a expansão e o progresso da ciência. Impulsionada pela guerra, a ciência possibilitou ao homem avanços nas mais diversas áreas do conhecimento, alterando a relação do indivíduo com o meio e intensificando o processo globalizante. O século XX foi, portanto, responsável por transformações profundas e revoluções marcantes no mundo, seja no âmbito político, econômico, social ou geográfico. A intensidade do período está expressa, por exemplo, no título de *Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm.⁷

Chama a atenção, no entanto, outra característica que, se não nasceu no século XX, teve sua mais completa materialização nesse período: a depreciação da vida

⁵ Cf., por exemplo, MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2008; ROBERTS, J. M. *O Livro de Ouro da História do Mundo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001; FERRO, Marc. (Org.) *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

⁶ O conceito específico de *Guerra Total* remete ao livro *Der Totale Krieg* ("A Guerra Total"), do general alemão Erich Ludendorff, publicado em 1936, sobre a I Guerra Mundial.

⁷ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

humana.⁸ O número de mortos, inclusive com uma proporção assustadora de civis,⁹ dá a dimensão da proporção inédita de vítimas, mas não é suficiente para compreender o horror que a humanidade conheceu e os motivos que o geraram.¹⁰ Além das vítimas diretas das batalhas das guerras, muitas outras foram assassinadas sob regimes políticos que recorreram à violência para se impor. A Alemanha nazista aplicou aos judeus a chamada “Solução Final”, estabelecendo uma logística estatal de magnitude impressionante, com a finalidade de maximizar a eficácia nos assassinatos em massa. O comunismo soviético, por sua vez, usou todos os meios ao seu alcance para eliminar qualquer dissidência à ideologia do regime, subordinando todo e qualquer princípio aos ideais do partido.¹¹

Com o fim da Segunda Guerra, a configuração geopolítica internacional foi definida pela bipolaridade entre o bloco capitalista capitaneado pelos EUA e o bloco comunista, liderado pela URSS. Tzvetan Todorov, búlgaro, relata que a sensação era a de que essa divisão “havia de durar eternamente” e que, por isso, foi com surpresa e alegria que ele acompanhou o desmoronamento progressivo dos regimes comunistas europeus. Desenhava-se no horizonte a expectativa de um mundo melhor, sem a

⁸ Massacres, violência e menosprezo pela vida humana não são, de forma alguma, invenções do século XX. Marc Ferro, por exemplo, apresenta a proximidade entre o colonialismo, desde o século XVI, e os regimes totalitários, lançando luz sobre as semelhanças entre ambos e argumentando que “aqueles que estudam os regimes totalitários parecem ter lido Hannah Arendt com um só olho. Assim, não se aperceberam de que, ao nazismo e ao comunismo, ela havia associado o imperialismo colonial.” Diz ainda que “o estudo do colonialismo pode tomar de empréstimo seus instrumentos ou observações à análise de outras experiências históricas, tais como os regimes totalitários”; e que “muitos traços aproximam as práticas colonialistas daquelas dos regimes totalitários: os massacres, o confisco dos bens de uma parte da população, o racismo e a discriminação correspondente, etc.” Sobre a relação entre totalitarismo e colonialismo cf. FERRO, Marc. (Org.) *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 10 – 46.

⁹ Não há como determinar com precisão o número de mortos. Estima-se em mais de 10 milhões de mortes em combate durante a I Guerra Mundial; durante a II Guerra Mundial, só na URSS o número de mortos é muito maior que 20 milhões; o total de mortos da guerra é estimado em 55 milhões; entre cinco e seis milhões de judeus foram assassinados pelo II Reich durante o Holocausto (MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2008; ROBERTS, J. M. *O Livro de Ouro da História do Mundo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001; RAMALHO DA ROCHA, Antônio Jorge. *Relações internacionais: teorias e agendas*. Brasília: Funag/Ibri, 2002.)

¹⁰ Cifras são fundamentais para a historiografia, já que só assim o homem é capaz de estabelecer comparações com padrões que lhe são familiares, o que o permite apreender e interpretar as informações a que tem acesso. No entanto, há uma enorme dificuldade quando se trata da compreensão do número de mortos ou vítimas, já que o valor de uma única vida é, por si só, inestimável. 100, 200 ou 1000 mortes são igualmente hediondas. Daí a dificuldade em perceber a proporção do horror quando se fala em milhões de vítimas. É uma quantidade de vidas que ultrapassa as noções a que o homem está acostumado. Há, nesse sentido, uma afirmação (atribuída a Stalin, mas sem comprovação) que “a morte de um homem é uma tragédia; a de milhões, uma estatística”.

¹¹ Cf. APPLEBAUM, Anne. *Gulag: Uma História dos Campos de Prisioneiros Soviéticos*. São Paulo: Ediouro, 2004.; HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001; ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

oposição Leste – Oeste, sem os conflitos político-ideológicos que moldaram os quase 50 anos anteriores.¹² Francis Fukuyama expressou esse sentimento ao anunciar o “fim da História” e a vitória do liberalismo.¹³ Passados vinte anos desde o fim dos regimes comunistas europeus, no entanto, a “nova ordem mundial harmoniosa” que Todorov previra não se concretizou. Por que? A criação do campo de estudos de Relações Internacionais e as principais correntes teóricas da área oferecem importante contribuição para entender o funcionamento do sistema internacional. Mas não há mais nada a acrescentar? Que lições os eventos do século passado, por exemplo, podem transmitir ao esforço de tornar o mundo contemporâneo e a política internacional mais inteligíveis? O presente trabalho buscará contribuir à discussão, aliando o exemplo histórico do fenômeno totalitário à noção de alteridade; reconhecendo, dessa forma, a colaboração de categorias da filosofia política ao campo de estudo das Relações Internacionais. Dentre os vários ineditismos do século XX, o trabalho se concentrará no totalitarismo e no valor atribuído à vida humana, principalmente no período de 1924 a 1953, que resultaram na construção de “um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos.”¹⁴ A partir do fenômeno totalitário, buscar-se-á extrair categorias que contribuam para uma reflexão mais profunda sobre política mundial e o funcionamento do sistema internacional. Convém, portanto, antes de tudo, discorrer a respeito dos regimes totalitários, chamados por Todorov de “o mal do século”.¹⁵

1.1. Regimes totalitários

Algumas expressões transmitem seu principal significado por intermédio das palavras pelas quais são designadas. É o caso do totalitarismo. A noção de totalidade é fundamental na compreensão do termo. Apesar de algumas referências anteriores, o termo ganhou destaque político no verbete *Fascismo*, elaborado por Benito Mussolini e Giovanni Gentile para a *Enciclopedia Italiana*, em 1932, onde se fala de “um partido

¹² TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque de civilizações. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9 – 10.

¹³ Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Fim da História, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou? *Meridiano 47*, Brasília, n. 114, p. 8 – 17, jan. 2010.

¹⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 510.

¹⁵ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 15.

que governa totalitariamente uma nação.”¹⁶ Quanto à análise conceitual, Mario Stoppino apresenta o que classifica como as teorias mais completas do totalitarismo: a de Hannah Arendt e a de Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski. Para Stoppino, apesar de evidentes pontos comuns, existem três diferenças significativas entre essas duas abordagens do fenômeno totalitário. Há, em primeiro lugar, no pensamento de Arendt, uma ênfase na personalização do poder e no papel desempenhado pelo líder totalitário. O ditador, guiado por sua vontade pessoal – que se torna, portanto, absoluta – molda o regime e dita os princípios a serem seguidos. Outra diferença, quanto à abordagem do tema, reside no fato de que Arendt procura em sua análise o objetivo final do totalitarismo e de seus idealizadores, envolvendo-se, inevitavelmente, em uma discussão filosófica que inclui reflexões sobre a natureza humana. Friedrich e Brzezinski, por sua vez, limitam-se a descrever as características e o funcionamento do fenômeno totalitário, sem se aprofundarem nas motivações subjetivas dos atores envolvidos. A terceira divergência entre as duas correntes de pensamento está no âmbito de aplicação do conceito de totalitarismo. Enquanto Arendt considera totalitários apenas a Alemanha nazista (1933 – 1945) e o comunismo stalinista (1924 – 1953), Friedrich e Zbigniew incluem na análise outros regimes comunistas e o regime fascista italiano, de onde, afinal, o termo havia se originado.¹⁷

Em partindo da contribuição oferecida por essas duas teorias, podem-se elencar alguns elementos que constituem o totalitarismo. Há, quanto à organização política, um *partido único de massas*, que detém o monopólio da atividade política dentro da sociedade. O partido acaba por se confundir com o próprio Estado e sua estrutura burocrática. Com uma formação elitista, o partido totalitário arregimenta as massas e interfere em vários setores sociais, o que garante sua sustentação. Essa forte *penetração social*, mesmo que de forma arbitrária, funde partido e sociedade, eliminando a autonomia individual em nome de princípios e valores considerados superiores. A *ideologia* oficial propagada é, portanto, bem definida e onipresente, já que é ela que possibilita essa fusão. Os indivíduos que não se enquadram no projeto ideológico do regime são excluídos da vida em sociedade e perseguidos, sob a acusação de traidores. Isso porque a ideologia totalitária apresenta uma explicação do mundo que não aceita divergências. Conforme apresentado por Stoppino:

¹⁶ STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. V. 2. 13. ed. Brasília: UnB, 2007. p. 1247.

¹⁷ Ibidem, p. 1249.

A ideologia totalitária dá uma explicação indiscutível do curso histórico, uma crítica radical da situação existente e uma orientação para a sua transformação também radical. E dirigindo a ação para um escopo substantivo (a supremacia da raça eleita ou a sociedade comunista) em vez de a dirigir para instituições ou para formas jurídicas, justifica-se um movimento contínuo para aquele fim e para a destruição ou a instrumentalização de qualquer instituição e do próprio ordenamento jurídico.¹⁸

A ideologia (e os objetivos e princípios superiores que ela representa) funciona, dessa forma, como a base de sustentação das ações do regime. É ela quem confere legitimidade à batalha constante travada contra os dissidentes ideológicos. Criam-se, assim, *inimigos* reais (aqueles que efetivamente combatem o regime) e objetivos, (cuja identidade é definida pela orientação político-ideológica do governo mais do que pelo desejo desses inimigos em derrubá-lo). A construção de *inimigos* não é exclusividade do fenômeno totalitário e pode ser percebida inclusive em situações contemporâneas e nas relações internacionais, conforme será discutido posteriormente.

Para a difusão da ideologia oficial na sociedade totalitária, o governo necessita de meios de comunicação em massa e de um intenso uso da *propaganda*, que atenda aos objetivos do regime, já que “as massas tem que ser conquistadas por meio da propaganda.”¹⁹ Rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, panfletos, discursos passam a ser, dessa forma, instrumentos de propagação das ideias totalitárias e de mentiras que sirvam aos propósitos do regime.

Outro elemento característico do fenômeno totalitário é a *personalização do poder*. O ditador totalitário concentra em si todas as decisões do regime, sobrepondo-se a qualquer instituição ou burocracia do Estado e do partido. A vontade do líder totalitário é a lei do partido e toda organização partidária não tem outro escopo senão o de realizá-la. O chefe é o guardião da ideologia: apenas ele pode interpretá-la ou corrigi-la. É essa a interpretação citada de Arendt, que atribui maior relevância ao líder totalitário. Na abordagem dessa autora, há outro elemento fundamental para a compreensão do totalitarismo: o *terror*. Para Arendt, o terror e a ideologia são os dois pilares do totalitarismo. O terror “serve para traduzir, na realidade, o mundo fictício da ideologia e confirmá-la, tanto em seu conteúdo, quanto, e sobretudo, em sua lógica

¹⁸ STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. V. 2. 13. ed. Brasília: UnB, 2007. p. 1248

¹⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 390.

deformada.”²⁰ O terror é, portanto, a “essência do domínio totalitário.”²¹ E o principal meio pelo qual ele se instrumentaliza é outro elemento característico do regime totalitário: a *polícia secreta*, que é o verdadeiro ramo executivo do governo, através do qual todas as ordens são transmitidas. A polícia secreta transforma toda a sociedade em alvo da espionagem e cria um ambiente onde qualquer um pode estar sendo vigiado, seja por seu vizinho, pelo carteiro, pelo colega de trabalho ou mesmo por um familiar. É a grande responsável pelas atividades desenvolvidas nos *campos de concentração*, para onde são enviados todos os que o regime considerar como inimigos. Os campos possuem funcionamento próprio e seu objetivo é livrar a sociedade de todos os indivíduos considerados perigosos ou indesejáveis, eliminando adversários ao projeto maior do regime, seja ele qual for.

São esses alguns dos elementos que compõem o fenômeno totalitário.²² Esse conjunto de características torna o totalitarismo, enquanto conceito político, mais inteligível, além de permitir aplicá-lo com maior objetividade, já que categorias específicas podem ser consideradas, como *partido único de massas* ou *polícia secreta*. E é com base nessas categorias que se pode falar em apenas dois totalitarismos: o comunismo stalinista e o nazismo, fenômenos inéditos na história da humanidade. Os elementos apresentados estiveram presentes em outros momentos históricos²³, mas a combinação e a dinâmica entre esses elementos durante o comunismo soviético e o nazismo foram únicas. De acordo com Arendt:

Até hoje conhecemos apenas duas formas autênticas de domínio totalitário: a ditadura do nacional-socialismo, a partir de 1938, e a ditadura bolchevique, a partir de 1930. Essas formas de domínio diferem basicamente de outros tipos de governo ditatorial, despótico ou tirânico; e embora tenham emanado, com certa continuidade, de ditaduras partidárias, suas características essencialmente totalitárias são novas e não podem resultar de sistemas unipartidários.²⁴

Também Stoppino afirma que

²⁰ STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. V. 2. 13. ed. Brasília: UnB, 2007. p. 1248.

²¹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 517.

²² Vários outros elementos do totalitarismo são passíveis de análise. Para aprofundamento sobre o totalitarismo, cf. referências bibliográficas, em especial: ARENDT, op. cit.; STOPPINO, op. cit.; e BENOIST, Alain de. *Comunismo e Nazismo: 25 reflexões sobre o totalitarismo no século XX (1917 – 1989)*. Lisboa: Hugin, 1999.

²³ Cf. STOPPINO, op. cit., p. 1250-52

²⁴ ARENDT, op. cit., p. 469.

[...] existem efetivas similaridades entre os regimes despóticos e absolutos por eles lembrados e o Totalitarismo moderno. Mas estas analogias não são decisivas já que [...] o Totalitarismo conserva, não obstante tudo, algumas características fundamentais que são especificamente e apenas suas [...].²⁵

O fenômeno totalitário é, portanto, inédito (e por isso o presente trabalho entende que o resgate desse exemplo histórico pode oferecer importantes reflexões às ciências sociais, área na qual a condução de testes empíricos é um desafio constante.)²⁶ O fato de não haver qualquer experiência social que possa servir como parâmetro torna os indivíduos ainda mais vulneráveis às consequências do regime totalitário. Por serem eventos totalmente novos, não há como prever a evolução dos acontecimentos e, mais importante, não há tempo para refletir sobre eles. Tanto as sociedades totalitárias quanto aquelas que sofrem consequências, diretas ou indiretas, de suas ações são lançadas em um movimento abrupto, onde, o que está em jogo é a natureza humana em si. O totalitarismo provoca uma ruptura político-social com efeitos profundos.²⁷ Celso Lafer, ao analisar o pensamento de Arendt, argumenta que

A ruptura tem como marco definitivo o totalitarismo enquanto forma de governo e dominação baseada no terror e na ideologia, cujo ineditismo as categorias clássicas do pensamento político não captam e cujos “crimes” não podem ser julgados pelos padrões morais usuais, nem punidos dentro do quadro de referência dos sistemas jurídicos tradicionais. O totalitarismo representa, por isso mesmo, para Hannah Arendt, o *enigma* a ser decifrado. Este enigma, para ela, é não só inexplicável no sentido de que todo novo não é “produto” de causas que o antecedem. É também de difícil decifração porquanto resiste a uma avaliação retrospectiva de sua racionalidade e significado com base nos padrões e categorias do pensamento.²⁸

Por designar formas próprias e inéditas de governo, com consequências tão marcantes nas relações entre os homens, o fenômeno totalitário permite reflexões políticas e filosóficas importantes. A ruptura de que falam Arendt e Lafer só se dá

²⁵ STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. V. 2. 13. ed. Brasília: UnB, 2007. p. 1251.

²⁶ Sobre as causas que tornaram possível um sistema totalmente novo, cf. *Ibidem*, p. 1252.

²⁷ Celso Lafer desenvolve com mais detalhes a ideia de ruptura dentro do pensamento de Hannah Arendt. Argumenta que, para Arendt, “a ruptura traduz-se num hiato entre o passado e o futuro, gerado pelo esfacelamento dos padrões e das categorias que compõem o repertório da tradição ocidental”; e que “foi o fenômeno totalitário que tornou a ruptura uma realidade tangível para todos e um fato político de primeira importância.” Para mais sobre a ruptura totalitária cf. LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*, um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²⁸ *Ibidem*, p. 80 – 81.

porque uma nova explicação para o funcionamento do mundo é apresentada. Explicação essa que requer a alteração na forma de ação política. Nazismo e comunismo oferecem, cada um a seu modo, ideologias que compreendem o mundo a partir de perspectivas singulares. De acordo com Stoppino

A ideologia comunista é humanística, racionalista e universalista: seu ponto de partida é o homem e sua razão; [...]. A ideologia fascista é organicista, irracionalista e anti-universalista: seu ponto de partida é a raça, concebida como uma entidade absolutamente superior ao homem individual. [...] A ideologia comunista pressupõe a bondade e a perfectibilidade do homem e tem em mira a instauração de uma situação social de plena igualdade e liberdade [...]. A ideologia fascista pressupõe a corrupção do homem e tem em mira a instauração do domínio absoluto de uma raça acima de todas as outras: a ditadura, o *Führerprinzip* e a violência são princípios de governo permanente, indispensáveis para manter sujeitas e para liquidar as raças inferiores.²⁹

As lógicas nazistas e comunistas não são inéditas, tampouco recentes. O primeiro volume de *O Capital* de Marx foi publicado em 1867 e foi, por muito tempo, ignorado. *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, obra que apresentou pela primeira vez as noções de evolução das espécies e seleção natural, foi publicada em 1859 e, em 1883, Francis Galton, primo de Darwin, cunhou pela primeira vez o termo eugenia.³⁰ Também o anti-semitismo não é recente, conforme aponta Arendt.³¹ A ruptura se deu, no entanto, porque pela primeira vez governos abraçaram essas causas e as transformaram em política de Estado. O mundo foi percebido a partir da lente ideológica do comunismo e do nazismo.

1.2. Visão totalitária do mundo

É imprescindível, portanto, entender o modo de pensar e os suportes ideológicos do regime totalitário. O nazismo, ancorado em uma percepção biológica do mundo,

²⁹ STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. V. 2. 13. ed. Brasília: UnB, 2007. p. 1252.

³⁰ DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Sci. stud.*, São Paulo, v. 6, n. 2, jun. 2008. p. 201 - 218. Del Cont afirma que “a partir desse momento, eugenia passou a indicar as pretensões galtonianas de desenvolver uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros - como se fazia com cavalos, porcos, cães ou qualquer animal -, portadores das melhores características, e estimular a sua reprodução, bem como encontrar os que representavam características degenerativas e, da mesma forma, evitar que se reproduzissem.”

³¹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 17 – 111.

enxerga a humanidade sob o prisma de raças. A raça ariana, superior a todas as outras, deve prevalecer e extirpar qualquer tipo de “contaminação” por outras raças, já que a mistura racial cria sociedades fracas e defeituosas. De acordo com essa lógica, a causa dos problemas alemães é a presença de indivíduos indesejados, que precisam ser excluídos. Assim, nascerá uma Alemanha mais forte, mais justa, com dignidade.³² O comunismo, por sua vez, parte da injustiça social e da exploração dos operários para propor uma “ditadura do proletariado”, com justiça social e equidade plena. Ambos os governos apresentam, portanto, uma promessa de um futuro melhor e essa promessa deve ser sempre considerada por qualquer abordagem do fenômeno totalitário. O totalitarismo “contém uma promessa de plenitude, de vida harmoniosa e de felicidade. É verdade que ele não a cumpre, mas a promessa continua ali, e sempre podemos pensar que a próxima vez será boa, e que seremos salvos.”³³ Os fins buscados pelo comunismo, e até pelo nazismo, são, portanto, defensáveis.³⁴ Busca-se eliminar a desigualdade e todos os problemas sociais, com a perspectiva de estabelecer o paraíso na Terra. Pode-se concluir, portanto, que o totalitarismo teórico é um utopismo. Diante de objetivos tão nobres, na visão totalitária, não deve haver restrições quanto aos meios utilizados para alcançá-los. Se for preciso caçar e eliminar os “inimigos da humanidade”, que se faça. Discordar dessa lógica significa ir contra os fins tão nobres do regime. Quem o faz, portanto, só pode ser também um “inimigo da humanidade.” Há, no entanto, um problema fundamental nesse modo de pensar fechado, que não aceita divergência. É preciso considerar que “nenhum saber pode jamais pretender-se absoluto e definitivo, sob pena de deixar de ser saber e tornar-se um simples ato de fé.”³⁵ Muitos dos membros do governo soviético perseguidos por Stalin, por exemplo, não deixam de apoiar o regime, pois sua crença nos ideais apregoados pelo governo é maior que a experiência política do momento. A promessa de igualdade e plenitude é

³² Cf. HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001.

³³ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 30

³⁴ Cabe ressaltar que a ideologia nazista não tem como fim último eliminar os judeus e os outros “elementos indesejáveis”; essa é apenas uma medida necessária para o verdadeiro objetivo: criar “a beleza e a dignidade de uma humanidade mais elevada.” (HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 300) O ideal nazismo buscava harmonizar e embelezar o mundo, construir uma nova civilização, perfeita e próspera. Tudo o que contaminasse essa “nova arquitetura” deveria ser extirpado e eliminado; em outros termos, uma higienização era imprescindível. O documentário *Arquitetura da Destruição*, por exemplo, apresenta esses argumentos, a visão nazista do mundo e sua relação direta com as artes. Cf. COHEN, Peter. *Arquitetura da Destruição*. São Paulo: Estúdio Versátil, 2006. 1 DVD.

³⁵ TODOROV, op. cit., p. 36.

tentadora e, para muitos, não vale a pena abandoná-la, a despeito dos métodos adotados para alcançá-la.³⁶

1.3. A *tentação do bem*

De forma simplificada pode-se, portanto, argumentar que o totalitarismo almeja o “bem”, mas acaba produzindo o “mal”. No entanto, há uma questão muito mais complexa: como definir o bem e o mal? São conceitos abstratos, maleáveis e imprecisos. O entendimento de “mal” para um indivíduo pode ser o entendimento de “bem” para outro. Há que se ter cuidado, além disso, na associação direta que comumente é feita entre nazismo e o “mal”, já que a Alemanha de Hitler tornou-se a perfeita encarnação do mal, aos olhos da maior parte de nós. O presente trabalho, no entanto, fará uso desses termos, em sua acepção ampla e abstrata. O mal, aqui entendido, é tudo aquilo que prejudique intencionalmente outro indivíduo, independente de qualquer valor ideológico, político ou religioso; independente também das motivações que levam à sua realização.

Quanto a esse último ponto, Tzvetan Todorov tece importantes considerações sobre um perigo moral que o totalitarismo oferece como exemplo. De acordo com ele,

a busca do bem, na medida mesma em que esquece os indivíduos que deviam ser os beneficiários deste, confunde-se com a prática do mal. Os sofrimentos dos homens resultam até mais frequentemente da busca do bem que da do mal. [...] Essa regra se aplica tanto às religiões antigas quanto às modernas doutrinas de salvação, a exemplo do comunismo. Portanto, mais vale renunciar a qualquer projeto global de extirpar o mal da terra para fazer reinar nela o bem.³⁷

Todorov alerta, assim, para o perigo da *tentação do bem*:

³⁶ Arendt argumenta que “o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo de seus adeptos. É compreensível que as convicções de um nazista ou bolchevista não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento; mas o fato espantoso é que ele não vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu status como membro do movimento permaneça intacto.” Arendt afirma ainda que essa é “uma especialidade do totalitarismo russo” e que “a simpatia pelo comunismo era usada para induzir uma pessoa à auto-acusação.” Cf. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 357.

³⁷ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 86.

Esta [tentação do bem], na verdade, é muito mais disseminada que a “tentação do mal” e também, paradoxalmente, mais perigosa. Basta examinar a história de qualquer parte do mundo para render-se à evidência: as vítimas da aspiração ao bem são mais numerosas do que as da aspiração ao mal. Essa tentação consiste em perceber a si mesmo como uma encarnação do bem e em querer impô-lo aos outros – não só na vida privada, mas também na esfera pública.³⁸

Os regimes totalitários, e muitos outros exemplos históricos, demonstram que os discursos em nome da paz, do progresso, da igualdade, da justiça e de muitos outros “valores nobres”, independente da veracidade com que são pronunciados, acabam produzindo efeitos devastadores.³⁹ A experiência comunista soviética, por exemplo, é defendida até hoje por muitos que, apesar de não ignorarem os crimes de Stalin, os minimizam diante dos ideais e dos propósitos de justiça e equidade que o regime propagandeava. No entanto, os instrumentos utilizados tanto pelo regime nazista quanto pelo comunista para atingirem seus fins últimos possuem dois elementos em comum: o terror e a violência. Os fins podem até ser defensáveis, os meios não. O totalitarismo é utilizado aqui como exemplo histórico extremo, mas o mesmo argumento pode ser percebido na análise de política internacional, como se tentará demonstrar posteriormente.

1.4. Terror totalitário e violência

Qualquer forma de organização política necessita de instrumentos que tornem a convivência entre os homens possível. Muitos Estados contemporâneos utilizam o governo legal, também chamado de Estado de Direito, onde leis positivas imperam e regulam as relações sociais. No corpo político do governo totalitário, no entanto, não há espaço para a legalidade e “o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total, que se destina a converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza.”⁴⁰ Nos

³⁸ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 233.

³⁹ Apenas para citar dois exemplos: os ideais das Cruzadas na Idade Média eram sustentados pelo fervor religioso e promoviam o combate em nome da fé cristã, mas “o ideal de Cruzada, cede [...] cada vez mais espaço à *práxis*, aos interesses políticos, estratégicos e comerciais [...]” (FERNANDES, Fátima Regina. Cruzadas na Idade Média. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 99 - 129); o colonialismo dos séculos XV e XVI, em nome do progresso e da civilização, subjugou as populações nativas e promoveu verdadeiros massacres, especialmente no “Novo Mundo”. (FERRO, Marc. (Org.) *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.)

primeiros estágios do regime totalitário, quando o novo sistema político ainda está em processo de consolidação, o terror e a coerção violenta servem ao propósito de derrotar os oponentes e inviabilizar oposições ao regime, mas o terror realmente total “só é lançado depois de ultrapassada essa fase inicial, quando o regime já nada tem a recear da oposição.”⁴¹ Assim, “se a legalidade é a essência do governo não-tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário.”⁴²

Stalin e Hitler recorreram a métodos violentos na condução das atividades do regime com o propósito de eliminar qualquer ação humana espontânea, já que a ideologia totalitária não aceita divergências. A visão totalitária do mundo, apresentada anteriormente, leva o governo totalitário a desconsiderar as consequências de suas ações, já que o que se busca é, afinal, um bem maior. Na lógica de “o fim justifica os meios”, a vida humana perde importância no presente para que, no futuro, o homem viva plenamente. Os “inimigos da humanidade” precisam, dessa forma, ser exterminados. O regime busca, portanto, a “fabricação de uma humanidade” justa, pura, perfeita. Nessa fabricação, há de se eliminar os indivíduos pelo bem da espécie, sacrificando as “partes” em benefício do “todo.”⁴³ Por essa lógica, o terror não é contra nem a favor dos homens, mas apenas um instrumento que acelera os processos naturais ou históricos que, inevitavelmente aconteceriam. Para os nazistas, em algum momento a raça ariana, superior às demais, impor-se-ia e conduziria as sociedades à verdadeira civilização. Para os comunistas, o processo de industrialização e a exploração burguesa levariam, em algum momento da História, à união dos proletariados e à construção de uma sociedade igualitária. Ora, por que não acelerar esses processos, que pressupõem mundos melhores? Por que medir esforços, quando o que está em jogo é a “construção do paraíso na Terra”?

Os governos totalitários, guiados por esses objetivos, utilizaram a violência como meio de ação. Utilizaram indiscriminadamente métodos violentos - que se tornaram ainda mais marcantes por terem sua execução facilitada em função da multiplicação de seus meios de implementação, proporcionada pela evolução científica e tecnológica.⁴⁴ O terror e a violência são usados, de acordo com a lógica totalitária,

⁴⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 516.

⁴¹ Ibidem, p. 373.

⁴² Ibidem, p. 517.

⁴³ Cf. Ibidem, p. 517.

⁴⁴ A violência é também objeto de análise constante no pensamento de Hannah Arendt. Em *Sobre a Violência* a autora parte dos eventos do século XX para argumentar que os meios de implementação da

para destruir a individualidade humana, tornando os indivíduos supérfluos, de modo que o ideal de regime não encontre qualquer tipo de oposição. Princípios tomados como verdades incontestes são superiores, seja a um homem, seja a toda a humanidade. O totalitarismo para se manter precisa, portanto, destruir a individualidade humana.

1.5. A destruição da individualidade

O mundo tal como concebido pelos regimes totalitários só subsiste se a sociedade for uma massa homogênea, uniforme em todos os seus sentidos. Arendt explica que

o domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações.⁴⁵

Também Todorov contribui nessa discussão. Ele contrapõe “democracia liberal” e “totalitarismo” e os apresenta como tipos ideais (na acepção de Max Weber) de regimes políticos. A democracia liberal pressupõe a coexistência de dois princípios, quais sejam, o da *autonomia da coletividade* e o da *autonomia do indivíduo*. No totalitarismo, no entanto, esses princípios recebem tratamentos diferentes. O totalitarismo “rejeita abertamente o segundo. [...] O que é valorizado aqui já não é o *eu* de cada indivíduo, mas o *nós* do grupo.”⁴⁶ O todo adquire tamanha importância que as partes são insignificantes. O fim utópico do totalitarismo suprime a espontaneidade e engole o indivíduo, constituindo assim um bloco forçosamente homogêneo, movido pelo propósito de “construção do paraíso na Terra.” (É por isso que muitos dos criminosos nazistas utilizaram a impossibilidade de ação individual como defesa para seus atos.) Lafer, por exemplo, argumenta que o totalitarismo

violência foram maximizados pelo desenvolvimento tecnológico. Argumenta também que a “substância da ação violenta é regida pela categoria meio-fim, cuja principal característica, quando aplicada aos negócios humanos, foi sempre a de que o fim corre o perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo. Visto que o fim da ação humana, distintamente dos produtos finais da fabricação, nunca pode ser previsto de maneira confiável, os meios utilizados para alcançar os objetivos políticos são muito frequentemente de maior relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos.” Cf. ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 13 – 14.

⁴⁵ Idem. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 489.

⁴⁶ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 26.

se esforça por eliminar, de maneira historicamente inédita, a própria espontaneidade – a mais genérica e elementar manifestação da liberdade humana. Gera, para alcançar este objetivo, o *isolamento* destrutivo da possibilidade de uma vida pública – que requer a ação conjunta com outros homens – e a *desolação*, que impede a vida privada.⁴⁷

Os elementos que melhor refletem a destruição da individualidade – e que melhor caracterizam o totalitarismo – são os campos de concentração, que, em última instância são a verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário. Daí a importância de pensar esse elemento do fenômeno totalitário. O totalitarismo exige o poder ilimitado e esse poder só é alcançado quando todos os homens são dominados em todos os aspectos de sua vida. Nos campos isso se torna possível. É o exemplo cabal da depreciação da vida humana. Arendt explica que

O interno do campo de concentração não tem preço algum, porque sempre pode ser substituído; ninguém sabe a quem pertence, porque nunca é visto. [...] As massas humanas que eles [os campos] detêm são tratadas como se já não existissem, como se o que sucedesse com elas não pudesse interessar a ninguém, como se já estivessem mortas e algum espírito mau, tomado de alguma loucura, brincasse de suspendê-las por certo tempo entre a vida e a morte, antes de admiti-las na paz eterna.⁴⁸

Continua ela:

Depois da morte da pessoa moral e da aniquilação da pessoa jurídica, a destruição da individualidade é quase sempre bem-sucedida. [...] Morta a individualidade, nada resta senão horríveis marionetes com rostos de homem, [...] todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte.⁴⁹

Os registros fotográficos, os escassos vídeos e os relatos dos sobreviventes corroboram a imagem do prisioneiro como um ser “destituído de sua humanidade”, um “morto-vivo.”⁵⁰ São, na visão totalitária, ações necessárias: o ideal do domínio

⁴⁷ LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*, um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 117.

⁴⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 495 – 496.

⁴⁹ Ibidem, p. 506.

⁵⁰ Cf. AUSCHWITZ: a fábrica da morte do império nazista. Produção da BBC. Distribuição da editora Abril. Vol. 1. Londres: BBC, 2007. 1 DVD.; UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM [*Home Page*]. Washington, 1993. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/>> Acesso em: 10 out 2010.

totalitário só é atingido quando todos os homens se tornarem supérfluos. Nada pode se contrapor à ideologia do regime, ao “supersentido” totalitário que pretende haver encontrado “a chave da história ou a solução para os enigmas do universo.” Ainda de acordo com Arendt,

É principalmente em benefício desse supersentido, em benefício da completa coerência, que se torna necessário ao totalitarismo destruir todos os vestígios do que comumente chamamos de dignidade humana. Pois o respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidades, como construtores de mundos ou co-autores de um mundo comum.⁵¹

Esse reconhecimento, no entanto, não só é negado como também combatido pelo totalitarismo. A recusa em aceitar o *outro*, seu papel no mundo e até o seu direito de existência abre possibilidades alarmantes. O totalitarismo não considera os judeus, os deficientes, os ciganos, os cúlaques e as demais “categorias indesejadas” como seres humanos. Ora, se não são seres humanos, se não possuem dignidade alguma, e se são entraves ao desenvolvimento e aprimoramento da sociedade, não se pode ter condescendência alguma em relação a eles. Resulta daí a premissa totalitária de que “tudo é possível.”

1.6. A banalização do mal

Diante dos métodos extremos de violência empregados pelos regimes totalitários e dessa completa negação da alteridade, ou seja, da existência do *outro*, muitas considerações podem ser depreendidas. Um outro elemento de onde o presente trabalho pretende extrair reflexões pertinentes às relações internacionais é o que Hannah Arendt chamou de “a lição da temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos.”⁵²

Arendt acompanhou, em 1961, o julgamento de Adolf Eichmann por uma corte judaica em Jerusalém. Eichmann era considerado, dentro do governo nazista, “um perito na questão judaica”. Comandava uma das subdivisões do Escritório Central de Segurança do Reich (RSHA), cuja principal atribuição era conduzir a evacuação,

⁵¹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 509.

⁵² Idem. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

deportação e transferência de judeus, primeiro para fora da Alemanha e, com o tempo, dos campos de concentração para os campos de extermínio, durante a aplicação da “Solução Final”.⁵³ Seu papel era fundamentalmente burocrático, o que lhe permitiu argumentar durante o julgamento: “Nunca matei nenhum judeu ou, no final das contas, nunca matei nenhum não-judeu [...] Nunca dei ordens para matar judeu nenhum, nem para matar não-judeu nenhum.”⁵⁴ O complexo processo judicial, no entanto, condenou Eichmann a pena de morte e, em maio de 1962, ele foi enforcado, cremado e suas cinzas jogadas em águas internacionais, fora do mar territorial israelense.

Ao analisar o julgamento, os fatos históricos que ele suscitava e o perfil psicológico de Eichmann, Arendt argumenta que aquele homem que estava sentado no banco dos réus não tinha nenhuma característica fora do comum, nada que o diferenciava marcadamente de outros homens. E foi isso que a estareceu. Esperava-se que ele se mostrasse um monstro, sem sentimentos, irracional, movido por ódio, afinal, era sua responsabilidade encaminhar milhões de judeus à morte. Mas Eichmann mostrou-se um sujeito medíocre, banal, um burocrata. Argumentou ele que nada mais fez que seguir ordens, que era apenas um bom e dedicado funcionário. Arendt alerta, assim, para o perigo da incapacidade de pensar, de realizar discernimentos morais sobre o certo e o errado. O governo totalitário transforma os homens em meros funcionários, em engrenagens da burocracia, desumanizando-os.⁵⁵ É o citado processo de destruição da individualidade. De acordo com a autora:

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um tipo novo

⁵³ O anti-semitismo nazista buscou, de início, expulsar os judeus do território do III Reich, mas, ante a dificuldade em operacionalizar essa opção, provocada pela guerra, partiu-se para a segunda solução: concentrar os judeus em guetos e, posteriormente, nos campos. Com o decorrer da guerra, a cúpula nazista, decidiu, então, aplicar a solução final: eliminar todos os judeus e tornar a Alemanha e a Europa *judenrein*, ou seja, livre de judeus. Cf. ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁵⁴ Ibidem, p. 236.

⁵⁵ Arendt chama a burocracia de “governo de Ninguém.” De acordo com ela, “hoje poderíamos acrescentar a última e talvez mais formidável forma de tal dominação [do homem pelo homem]: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a maioria, pode ser tomada como responsável, e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém.” (Idem. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994, p. 33)

de criminoso, efetivamente *hostis generis humani*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado.⁵⁶

Não há, nesse argumento, qualquer tentativa de absolver ou minimizar a responsabilidade de Eichmann ou de qualquer outro criminoso nazista, mas sim uma advertência urgente contra a passividade na reflexão e a ausência de ponderações críticas. O “mal” perpetrado pelos nazistas foi, portanto, banal não no sentido de ser comum, trivial, mas sim porque eles simplesmente, ao cumprirem as suas funções burocráticas, teriam reproduzido uma internalizada incapacidade de pensar com consequências morais. Assim, conduzir prisioneiros à morte ou mesmo participar diretamente de um pelotão de fuzilamento eram atividades banais para a grande parte dos nazistas. Esse é “um mal de natureza burocrática, que não tem profundidade, mas pode destruir o mundo em função da incapacidade de pensar das pessoas que o praticam [...]”.⁵⁷ Também Primo Levi, judeu italiano sobrevivente de Auschwitz, relata que

Os jovens nos perguntam [...] quem eram, de que cepa eram feitos os nossos “verdugos”. O termo alude a nossos ex-guardiões, os SS, e a meu ver é impróprio: faz pensar em indivíduos degenerados, malnascidos, sádicos, afetados por um vício de origem. Ao contrário, eram feitos de nossa mesma matéria, eram seres humanos médios, medianamente inteligentes, medianamente maus: salvo exceções, não eram monstros, tinham nossa face, mas foram mal educados. Tratava-se, em sua maioria, de sequazes e funcionários grosseiros e diligentes: alguns fanaticamente convencidos do verbo nazista, muitos indiferentes, ou temerosos de punições, ou desejosos de fazer carreira, ou demasiado obedientes.⁵⁸

O conceito de *banalidade do mal*, deve-se ressaltar, gerou muita discussão e polêmica. Todorov, por exemplo, discorda do conceito. Afirma ele que “certos seres humanos podem matar e torturar, outros não; por isso, evitaremos falar da ‘banalidade do mal’, como o faz Hannah Arendt em suas reflexões sobre o processo de Eichmann.”⁵⁹ O livro *Eichmann em Jerusalém* foi considerado o “mais polêmico em língua inglesa da década de 1960, levando em conta o número de artigos, cartas

⁵⁶ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 299

⁵⁷ LAFER, Celso. Hannah Arendt e Norberto Bobbio: convergências, afinidades, divergências. *Humanidades*, Brasília, n. 53, p. 103 – 114, jun 2007.

⁵⁸ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 174 – 175.

⁵⁹ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 147.

públicas, debates, réplicas, tréplicas, defensores e detratores que a obra envolveu.”⁶⁰ Arendt foi muito questionada e até acusada de não possuir amor pelo povo judeu. Não há, portanto, consenso sobre o conceito.⁶¹ Não se pode questionar, no entanto, que Arendt levantou reflexões importantes: a incapacidade de pensar dos opressores e a passividade diante do horror que presenciavam. A discussão é tão subjetiva que se torna perigosa. Como definir “mal” e “bem” sem se estabelecerem valores normativos? Depois da polêmica suscitada pelo termo, Arendt afirmou que

Atualmente, minha opinião é de que o mal jamais é ‘radical’, que ele é apenas extremo, e que não possui nem profundidade nem dimensão demoníaca. Pode invadir tudo e devastar o mundo inteiro precisamente porque se propaga como um cogumelo. Ele ‘desafia o pensamento’, como eu disse, porque o pensamento tenta atingir a profundidade, tocar nas raízes, e no momento em que se ocupa do mal, se frustra porque não encontra nada. É aí que está sua ‘banalidade’. Só o bem tem profundidade e pode ser radical.⁶²

Nádia Souki trabalha de forma mais profunda a banalidade do mal no pensamento arendtiano.⁶³ Souki conclui que o pensamento de Hannah Arendt se assemelha ao de Kant, quando este fala do mal radical (apesar da declaração de Arendt reproduzida acima). Em ambos há a recusa da malignidade do homem, ou seja, o mal não é inerente à natureza humana, mas sim uma possibilidade humana e, sendo assim, acha-se inscrito na sua liberdade. Ambos também apresentam a dignidade humana como oposição ao mal: liberdade e igualdade são os pontos de referência comuns para se pensar a dignidade humana. O presente trabalho, no entanto, pretende focar um único aspecto dessa discussão: o mal como resultado de um “esvaziamento que se produz na ação e no pensamento humanos”, e aplicar esse aspecto às relações internacionais.⁶⁴ A superficialidade do pensamento no totalitarismo foi o que produziu a depreciação da

⁶⁰ ASSY, Bethânia. Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo J.; BIGNOTTO, Newton (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p.156 *Apud* ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 109 – 125, jan./abr. 2010. p. 110.

⁶¹ As discussões acerca do conceito são diversas e já foram empregadas em outras áreas, especialmente pedagogia e psicologia. O presente trabalho, por limitação de espaço, não se aprofundará nessa discussão. Limitar-se-á a apresentar uma revisão bibliográfica. Assim, para mais sobre *banalidade do mal*, cf. referências bibliográficas.

⁶² ARENDT, Hannah *Apud* ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 479.

⁶³ SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 145.

vida humana. A aceitação da visão de mundo totalitária sem filtros críticos e o conseqüente não reconhecimento da dignidade e do direito de existência do *outro* indivíduo - ou seja, daquele que é percebido, em alguma medida como diferente - foram os produtos mais trágicos do totalitarismo. Para sustentar esse argumento é necessária a análise não só dos registros documentais e históricos, mas sobretudo dos relatos das testemunhas do período.

1.7. As testemunhas e o papel do indivíduo

Só por meio dos relatos das testemunhas é possível entender as relações interpessoais que se desenvolviam no dia a dia dos campos de concentração e extermínio. Primo Levi, judeu italiano, sobrevivente do campo de extermínio de Auschwitz e um dos primeiros sobreviventes a relatar o que viveu durante o tempo como prisioneiro do III Reich, descreve que, de acordo com muitos dos sobreviventes, os soldados da SS costumavam dizer aos prisioneiros:

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês.⁶⁵

Com o fim da guerra, e apesar dos esforços nazistas para eliminar as provas de suas ações, felizmente as previsões dos SS não se concretizaram. A tentativa totalitária de destruir a memória de suas vítimas logrou resultados marcantes, mas não sucesso absoluto. Grande parte dos antigos campos de concentração e de extermínio são, atualmente, museus ou memoriais em homenagem às vítimas dos regimes. Mesmo a Rússia reconhece hoje as práticas violentas praticadas pelo governo de Stalin.⁶⁶

⁶⁵ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 9.

⁶⁶ A Rússia vem constantemente emitindo sinais desse reconhecimento (paradoxalmente, mostras de simpatia por Stalin não são poucas). Há, inclusive, um dia para lembrar os mortos durante o regime de Stalin. Recentemente o presidente russo, Dmitry Medvedev afirmou que "O dia 30 de outubro é o dia que lembra milhões de vidas arruinadas, de pessoas mortas sem julgamento ou investigações, de pessoas enviadas a campos (de trabalhos forçados, os gulags) e ao exílio, despidas de seus direitos civis. Famílias inteiras foram rotuladas de 'inimigos do povo'" e que "Milhões de pessoas morreram por causa do terror e

Os depoimentos dos sobreviventes (e também dos opressores) constituem, portanto, importante contribuição ao processo historiográfico. Não podem ser ignorados. São relatos de testemunhas oculares, que viveram na pele o momento que descrevem. É, portanto, “natural e obvio que o material mais consistente para a reconstrução da verdade sobre os campos seja constituído pelas memórias dos sobreviventes.”⁶⁷ Esse tipo de fonte levanta questões que só ela tem capacidade para abordar: as motivações subjetivas dos atores envolvidos no processo. Responder a perguntas como “o que você pensava?” ou “porque você fez isso?” é uma tarefa que cabe exclusivamente às testemunhas do período e as respostas a essas perguntas são fundamentais para entender o totalitarismo.

O papel das testemunhas, em especial dos sobreviventes dos campos, é um elemento interessantes e carrega reflexões paradoxais. A pretensão totalitária de ignorar o indivíduo em benefício da sociedade como um todo acabou produzindo, finda a guerra, justamente a valorização do indivíduo. O Tribunal Militar de Nuremberg utilizou os depoimentos de vítimas do nazismo como provas dos crimes cometidos pelo III Reich. Há, nesse fato, um elemento substancial para as relações internacionais, como será argumentado posteriormente.

Utilizar depoimentos como fontes primárias implica, por outro lado, limitações consideráveis. Primo Levi alerta para o fato de que os sobreviventes dos campos, que posteriormente se transformaram em testemunhas do regime, possuíam uma visão limitada do que, de fato, ocorria ao seu redor. Na maior parte das vezes não sabiam onde estavam, porque estavam ali, para quem trabalhavam, não falavam a língua dos seus carcereiros, não sabiam da existência de outros campos. Ou seja, não eram capazes de perceber a extensão do massacre. Um companheiro que sumia, poderia ter sido transferido para outro setor do campo, poderia estar em outro campo ou, o que era mais comum, poderia já ter sido assassinado. Portanto, não é possível considerar qualquer relato sem um olhar crítico. Há, além disso, que se considerar que as memórias se enfraquecem com o tempo. As testemunhas do fenômeno totalitário sugerem o caminho inevitável da vida e são substituídas por gerações que não conheceram os eventos passados. Mesmo as memórias mais reais podem, ao longo do tempo, sofrer distorções

acusações falsas. Impedidas até de serem devidamente sepultadas e por anos seus nomes foram riscados da história." BBC BRASIL. *Presidente russo ataca tentativas de reabilitar Stalin*. Brasília, 30 out 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/091030_stalin_rc.shtml>. Acesso em: 10 ago 2010.

⁶⁷ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 13.

inconscientes. Não obstante essas limitações, os relatos não são a única fonte disponível para tornar o totalitarismo inteligível. Registros documentais, fotográficos, audiovisuais também servem de subsídio aos historiadores. A contribuição dos testemunhos é complementar, lança luz em indivíduos que souberam permanecer humanos no meio da turbulência da experiência totalitária e que, por isso, forma capazes de relatar o que viveram. Anne Applebaum argumenta, por exemplo, que

embora as memórias não fossem confiáveis no referente a nomes, datas e números, elas ainda assim constituíam fonte inestimável de outros tipos de informação, em especial aspectos cruciais da vida dos campos: os relacionamentos entre presos, os conflitos entre grupos, o comportamento de guardas e administradores, o papel da corrupção, até a presença de amor e entusiasmo.⁶⁸

Mas qual a importância dos testemunhos e relatos, tanto dos sobreviventes quanto dos opressores? Qual a relevância de terror totalitário, da “banalidade do mal”, da “tentação do bem” e da destruição da individualidade para o conhecimento humano? Que lições o fenômeno totalitário oferece? O totalitarismo é uma experiência histórica superada e irrecuperável? Seria conveniente apagar da memória as atrocidades totalitárias, a fim de que elas não mais se repetissem? Arendt alertava, já em 1951, que “as soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem.”⁶⁹ O totalitarismo não é um tema morto, tampouco arcaico. Também Todorov argumenta que “manter a memória do mal sofrido pode levar às reações de vingança; mas o esquecimento também pode produzir efeitos funestos.”⁷⁰ Por que Primo Levi e muitos outros sobreviventes se recusam a apagar os números que lhes foram tatuados no corpo, marcas comumente impostas a escravos e animais, indicando que aqueles indivíduos não mais eram considerados seres humanos?⁷¹ As sociedades de massa, fortes aparatos propagandísticos e persistentes desigualdades políticas, econômicas e sociais ainda estão presentes no mundo contemporâneo. Não são esses alguns dos elementos geradores dos movimentos totalitários? Que reflexões podem ser feitas, a partir da

⁶⁸ APPLEBAUM, Anne. *Gulag: Uma História dos Campos de Prisioneiros Soviéticos*. São Paulo: Ediuoro, 2004. p. 22.

⁶⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 511.

⁷⁰ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 203.

⁷¹ Cf. LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 102 – 103.

experiência totalitária nazista e comunista, para que o fenômeno possa ser evitado? Qual o peso dos testemunhos de sobreviventes para o mundo atual? A “crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível” ainda faz sentido nos dias de hoje? Olhando para trás, que reflexões depreendem-se do fenômeno totalitário?

2. ALTERIDADE

Depreende-se de todos os elementos apresentados no capítulo anterior uma premissa comum: a visão totalitária do mundo carrega em si a acusação agressiva da diferença entre os indivíduos - e o seu conseqüente combate. Os movimentos totalitários, movidos pelo espírito de revolução permanente, não abandonam o objetivo de acelerar, dentro de sua visão de mundo, as leis da natureza (nazismo) e da História (comunismo). A forma de fazê-lo é eliminando todo aquele que não é identificado com a massa uniforme do corpo social. A ideologia oficial define, dessa forma, quais indivíduos devem ser considerados seres humanos e quais devem ter essa condição negada. As vítimas do fenômeno totalitário são punidas pelo que são, e não pelo que fazem. Essa é talvez a maior característica do pensamento totalitário: a anulação do *outro*, ou seja, da pluralidade humana.⁷² O totalitarismo não deixa nenhum lugar legítimo à diversidade. Conforme apresenta Todorov:

A divisão da humanidade em duas partes mutuamente exclusivas é essencial para as doutrinas totalitárias. Aqui, não há lugar para posições neutras; toda pessoa morna é um adversário, um inimigo. Ao reduzir a diferença à oposição e ao procurar, em seguida, eliminar aqueles que a encarnam, o totalitarismo nega radicalmente a alteridade, isto é, a existência de um *tu* ao mesmo tempo comparável ao *eu*, e até intercambiável com ele, e que no entanto permanece irredutivelmente distinto dele. Tem-se aí uma definição do pensamento totalitário [...] é aquele que não deixa nenhum lugar legítimo à alteridade e à pluralidade.⁷³

A noção da alteridade é, portanto, o elemento que o presente trabalho pretende extrair do totalitarismo para aplicar às Relações Internacionais. Como o homem percebe o *outro*, ou seja, aquele que em alguma medida lhe é diferente? Combatendo, colonizando, tolerando ou compreendendo? Como se comportar em relação ao *outro*? O totalitarismo, de forma nítida, impõe essas reflexões. Mas e qual a pertinência da alteridade para a política internacional e para as Relações Internacionais? Partindo da definição de Relações Internacionais como “a disciplina que se ocupa do conjunto de relacionamentos e interações, conflituosas e cooperativas, que os agentes sociais

⁷² Os conceitos de *eu*, *outro* e *nós* não são utilizados em referência a entidades fixas, mas designando relações que pressupõem, respectivamente, identidade, diferença e semelhança.

⁷³ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 47.

realizam através das fronteiras dos Estados”, pode-se questionar quem são os referidos agentes sociais.⁷⁴ Independente da resposta que se dê, um fator é inegável: são agentes que possuem algum grau de diferença entre si. Se fossem idênticos constituíram um só corpo político. Portanto, as relações internacionais nada mais são que a relação *eu / outro* maximizada à escala global, ou seja, a política internacional consiste na constante interação entre valores, identidades, nacionalidades que se percebem como diferentes – e que são constantemente construídas. Assumindo a premissa teórica construtivista de Relações Internacionais segundo a qual o mundo é socialmente construído por agentes; então é fundamental entender como esses agentes, diferentes entre si, se relacionam.⁷⁵ A discussão que o totalitarismo oferece é: como lidar com essa diferença? A chave para que as relações internacionais se desenvolvam de maneira majoritariamente cooperativa reside na resposta a essa questão.

O fenômeno totalitário demonstrou que os resultados da negação absoluta da alteridade são trágicos: a vida humana tornou-se descartável e milhões foram mortos. Há, portanto, um alerta importante sobre o papel que “o pensar o outro” desempenha na reflexão sobre o fenômeno totalitário e suas consequências. Mas a discussão transcende o totalitarismo e as Relações Internacionais. Os exemplos apresentados no capítulo anterior apenas tornam evidentes questões pertinentes em diversas áreas do conhecimento e com implicações no dia a dia de qualquer sociedade.⁷⁶ Partindo do pressuposto aristotélico que o homem é um animal político por natureza, toda e qualquer ciência que se pretenda social ou humana não pode ignorar a análise das relações interpessoais. Entender como os homens se relacionam e como se desenvolve a dicotomia *eu / outro* é indispensável em qualquer área do conhecimento que tenha como objeto de estudo as interações sociais. O primeiro estágio e a condição *sine qua non* dessa discussão é definir o *eu*, ou seja, tratar da categoria de identidade. Só se pode falar em *outro* quando a definição de *eu* está consolidada, da mesma forma que o conceito de diferença só existe em contraposição ao conceito de igualdade. A seguir, portanto, será discutido, de forma sucinta, os conceitos de identidade e sociedade de massas.

⁷⁴ SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, William. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2 ed. Barueri: Manole, 2010. p. 244.

⁷⁵ Cf. NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 162 – 186.

⁷⁶ Pode-se aplicar o conceito e a discussão de alteridade em diversas áreas do conhecimento, tais como nas ciências da saúde e na bioética; na psicologia; na antropologia; no direito. Para exemplos, cf referências bibliográficas.

2.1. Identidade e sociedade de massas

Arendt afirma que o governo totalitário só é possível onde há “grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento.”⁷⁷ Como a presente reflexão utiliza o totalitarismo a partir do pensamento de Hannah Arendt, também abordará o conceito de sociedade de massas sob a perspectiva arendtiana. Explica a autora o que entende por massa:

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores.⁷⁸

A apatia das massas é o que permite à ideologia totalitária se espalhar e se infiltrar na sociedade. Arendt explica que essa apatia e “até mesmo hostilidade em relação à vida pública”, foram resultados da sociedade competitiva de consumo, etapa madura do capitalismo industrial (onde há predominância do *animal laborans*, indivíduo preocupado apenas com suas atividades de sobrevivência biológica)⁷⁹ O colapso da sociedade de classes foi o ambiente no qual floresceu a psicologia do “homem-de-massa da Europa”; a ideologia totalitária encontrou, dessa forma, solo fértil na passividade das massas. O indivíduo, em um primeiro momento isolado, passa a ser solitário e é essa transformação que prepara os homens para o domínio totalitário. Arendt alerta, assim, para o problema da solidão:

O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais. Nessa situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e sentir, perdem-se ao mesmo tempo.⁸⁰

A solidão apresentada por Arendt, portanto, significa a incapacidade do homem de construir sua própria identidade. Como consequência, a percepção que o indivíduo

⁷⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 361.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Cf. Ibidem, p. 363.

⁸⁰ Ibidem, p. 529.

sob o regime totalitário terá do mundo ao seu redor, será a que o regime totalitário lhe oferecer, já que ele é incapaz de “pensar e sentir.” Sua *vita activa* é condicionada pela visão de mundo totalitária.⁸¹ Com isso, a ideologia do totalitarismo é o que define o seu *eu*, e, portanto, será o que definirá o *outro*. Daí se depreende a importância da construção da identidade. O *eu* autônomo, crítico e bem estruturado é fundamental tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Entende-se por identidade, no presente trabalho, o que Manuel Castells define como “a fonte de significado e experiência de um povo.” Explica ele:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados. [...] Identidades [...] constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. [...] Defino *significado* como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator.⁸²

Castells afirma ainda que “do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída”, e explica como se dá essa construção:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de espaço/ tempo.⁸³

O movimento totalitário, portanto, diante da vulnerabilidade da sociedade de massas e com o objetivo de acelerar os processos históricos e naturais para superar os

⁸¹ Arendt utiliza a expressão *vita activa* para designar a vida humana “na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente.” A expressão designa três atividades humanas fundamentais: o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. O primeiro “é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano.” O trabalho, por sua vez, é a “atividade correspondente ao artificialismo da existência humana.” A ação é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondente à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.” Cf. ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2009.

⁸² CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*. Volume 2. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 22 – 23.

⁸³ Ibidem. p. 23.

problemas humanos, constrói uma identidade coletiva – a raça pura e superior ou a união do proletariado – e a apresenta à sociedade como única alternativa. Todorov apresenta os elementos que considera como a “certidão de nascimento da ideologia totalitária”: (1) o “espírito revolucionário, que implica o recurso à violência”; (2) o “sonho milenarista de construir o paraíso terrestre aqui e agora”; e (3) a “doutrina cientificista, postulando que o conhecimento integral sobre a espécie humana está ao alcance da mão.” ⁸⁴ São, portanto, “matérias-primas” utilizadas para a construção da “identidade totalitária.”

Depois de definido o *eu*, ou seja, construída a identidade (processo que nunca se encerra, de modo que a identidade é constantemente reconstruída), há que se considerar que “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos.” ⁸⁵ Como, portanto, a identidade totalitária se relaciona com as outras identidades? Como o indivíduo sob o regime totalitário percebe o *outro*? O movimento totalitário não se limita a determinar a identidade coletiva: ele se esforça em combater todas as outras - até sua eliminação – afinal, como apresentado anteriormente, a visão totalitária do mundo não aceita divergência. O *outro* não tem direito de existir e a alteridade, portanto, não tem nenhum espaço no totalitarismo. O que prevalece é a ideia de totalidade, unicidade, monismo. A experiência totalitária permite, portanto, refletir: o que significa e qual a importância da alteridade?

2.2. Alteridade

A definição mais simples e abrangente para alteridade é a que melhor traduz seu significado. No dicionário de Filosofia, Nicola Abbagnano define alteridade como “ser outro, pôr-se ou constituir-se como outro.” ⁸⁶ A própria palavra alteridade deriva do latim *alteritas*, que significa *outro*. Há, além disso, um sinônimo para o termo: *outridade*.

Alteridade significa, portanto, considerar o *outro* e tudo o que está relacionado a ele. Significa, para cada indivíduo, admitir que não está sozinho, mas em companhia de outros indivíduos distintos a ele e que a convivência com esses outros indivíduos não é

⁸⁴ TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque de civilizações. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 38 – 39.

⁸⁵ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2009. p.31.

⁸⁶ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5 ed. São Paulo: M. Fontes, 2007. p. 35.

uma escolha, mas uma necessidade. Há distinções nítidas entre os homens. Um indivíduo branco nascido na Finlândia é diferente de um indivíduo amarelo nascido na Mongólia ou de um negro de Gana, por exemplo. São características físicas e culturais que marcam os contrastes evidentes entre eles. Se reunidos lado a lado, são facilmente percebidos como homens diferentes. São visíveis também diferenças sutis às quais estamos familiarizados no cotidiano: diferenças entre homens e mulheres, entre pessoas com níveis de educação distintos, entre pessoas de idades diversas. A alteridade, no entanto, pode ser considerada mais profundamente. Dois finlandeses, fisicamente semelhantes, criados dentro de uma mesma sociedade e de mesma faixa etária ainda podem se perceber como diferentes. A alteridade, mesmo nesse exemplo, não é eliminada. Na relação *eu / outro*, o *eu* é necessariamente único, só existe um. O que pode acontecer é que o *eu* encontre afinidades em outros indivíduos. A relação passa a ser, então, entre *nós* e *outros*. Mas o *nós* não é uma massa uniforme, é apenas um grupo com mais afinidades que diferenças e que, por isso, conseguiu estabelecer uma distinção com os *outros*, onde as diferenças são maiores - diferenças que geralmente implicam modos de pensar diversos, percepções do mundo distintas, em maior ou menor grau. Em outras palavras, por mais que o *eu* encontre semelhanças e afinidades em outras pessoas (constituindo um *nós*), nunca as perceberá como exatamente iguais a ele. Cada indivíduo se considera único. Significa que, de forma subjetiva, cada indivíduo tem uma percepção singular do *outro*. É preciso estar ciente dessa pluralidade. Todorov expõe a complexidade da discussão:

O assunto [*a descoberta que o eu faz do outro*] é imenso. [...] Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um *eu* também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão *lá* e eu estou *aqui*, pode realmente separá-los e distingui-los de mim. Posso conceber os outros como uma abstração, como uma instância da configuração psíquica de todo indivíduo, como o Outro, outro ou outrem em relação a *mim*. Ou então como um grupo social concreto ao qual *nós* não pertencemos.⁸⁷

Reconhecer a existência do *outro* implica aceitar a diferença - e não estabelecer hierarquia. Grande parte dos conflitos e tensões políticos, seja direta ou indiretamente, reside justamente na construção, de forma arbitrária, de uma hierarquia dentro das

⁸⁷ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: M. Fontes, 2003. p.3.

relações interpessoais. No entanto, admitir a alteridade e a pluralidade não implica estabelecer julgamento de valores, princípios, raças ou qualquer critério que diferencie indivíduos. Há apenas o reconhecimento da própria diferença, da diversidade. É uma premissa que Relações Internacionais deveria sempre considerar em sua análise e que ajuda a entender muitos cenários da política internacional contemporânea. No terceiro capítulo do presente trabalho alguns exemplos serão apresentados nesse sentido.

Para que haja um *outro* é preciso haver um *eu*. E se essa divisão foi possível é porque, em alguma medida, há algum elemento que distingue um do outro. É por isso que a própria noção de alteridade carrega um sentido de oposição, já que “ao designar o caráter do que é outro, a noção de alteridade é sempre colocada em contraponto: “não eu” de um “eu”, “outro” de um “mesmo.””⁸⁸ É como definir algo pela negação: x só é x porque não é y; e, sem um, a existência do outro não tem sentido. A lógica da alteridade é semelhante já que nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, muitas vezes, quando sabemos contra quem estamos.

A despeito de todas as possibilidades de análise filosófica que o termo alteridade suscita, ele será utilizado na presente reflexão de forma restrita.⁸⁹ O termo alteridade será aqui empregado com o significado de percepção e ação em relação ao *outro*. Seu uso restringe-se, assim, a duas dimensões principais e interdependentes: como perceber o *outro* e como agir em relação a *ele*?

A primeira pergunta requer como resposta entender qual é a imagem do outro. Como perceber, descobrir, construir ou conhecer o *outro*. Todorov explica que a relação com o outro não se dá em uma única dimensão e desenvolve três eixos em que ela ocorre. Primeiro, um julgamento de valor (ou um plano axiológico): “o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele.” Em segundo lugar a “ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro” (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, me identifico com ele, o combato ou o assimilo. (Os dois primeiros eixos referem-se, portanto, às duas dimensões que o termo alteridade adquire na presente análise.) E, por fim, o terceiro eixo: “conheço ou ignoro a identidade do outro” (plano

⁸⁸ JODELET, D. A alteridade como processo e produto psicossocial. In ARRUDA, A. (Org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 48 *apud* ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, ago. 2005. p. 99 – 104.

⁸⁹ O principal autor que trata da dimensão filosófica do conceito de alteridade é Emmanuel Lévinas. (Cf. LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: ensaios sobre a alteridade*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005; Idem. *Humanismo do Outro Homem*. Petrópolis: Vozes, 1993.) Para mais sobre alteridade, cf. LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez de. (Org.) *Imagens do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

epistêmico), onde, obviamente não há um absoluto, mas uma gradação entre níveis de conhecimento.⁹⁰ Cada uma dessas dimensões da relação *eu – outro* (axiológica, praxiológica e epistêmica) suporta variadas aplicações na política internacional e no funcionamento do sistema mundial: são questões que permeiam todo o debate de Relações Internacionais. Dessa forma, no próximo capítulo, o presente trabalho buscará oferecer algumas contribuições nesse sentido.

Cabe ressaltar, aqui, que a dimensão axiológica inevitavelmente ditará os rumos de uma eventual aproximação ou distanciamento. É a partir do julgamento valorativo que serão definidas as ações em relação ao outro. Se a imagem do outro foi construída de forma positiva, a ação em relação a ele também será positiva. (A imagem do outro é construída, assim como a identidade, a partir de “matérias-primas” que são “processadas pelos indivíduos”, que “reorganizam seu significado” em função de elementos próprios.) O contrário também é verdadeiro: imagem construída de forma negativa significa ação negativa.

2.2.1. Axiologia

Na construção da imagem do outro, portanto, o *eu* tende a definir valores com os quais o outro é julgado. Como esses valores são definidos? Como definir o que é “certo” ou “errado”, “bom” ou “mau”? Mais ainda: são essas as questões relevantes? Com quais parâmetros é construída a relação interpessoal entre os homens? O cerne da discussão se assenta na reflexão sobre a natureza humana, mas o problema da natureza humana é justamente que não é possível determiná-la com precisão. Os contratualistas, por exemplo, apresentam explicações contraditórias sobre as motivações do homem e sua natureza. O “bom selvagem” de Rousseau é o extremo oposto da “guerra de todos contra todos” de Hobbes. No entanto, não há como comprovar ou refutar completamente nenhuma das duas visões. O resultado é que em um mesmo contexto, com todas as variáveis constantes, dois indivíduos podem agir de maneira completamente diferente, confirmando ou Hobbes ou Rousseau. Não há uma única e infalível natureza humana: “acreditar conhecer o homem inteiramente é conhecê-lo

⁹⁰ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: M. Fontes, 2003. p.269 – 270.

mal.”⁹¹ A dificuldade é conciliar perspectivas teóricas (que não deixam de ser importantes, enquanto esforços intelectuais destinados a conferir sentido à realidade em que vivemos) com os fatos e comportamentos humanos na prática. Como as ações humanas têm por base elementos abstratos e subjetivos, qualquer construção teórica social é limitada. Sempre haverá alguma distância entre a prática e a teoria, por mais que teorias sejam consideradas como “construções intelectuais da realidade.”⁹² Essa limitação deve ser levada em conta a todo momento no presente trabalho e na disciplina de Relações Internacionais.

Os exemplos de heterogeneidade de comportamentos nos regimes totalitários confirmam a impossibilidade de se estabelecerem padrões imutáveis e abrangentes de comportamento social. Enquanto algumas vítimas dos campos de concentração se ajudavam, outras tiravam proveito de seus pares, agravando-lhes a situação. Enquanto a maior parte dos soldados nazistas agredia com truculência os prisioneiros, alguns outros se esforçavam para abrandar o sofrimento desses mesmos prisioneiros. Essa é a grande dificuldade das ciências humanas ou sociais: não há como determinar o comportamento humano com precisão. Todorov explica que

O conhecimento sobre os homens é, por princípio, infundável, na medida em que os homens são animais dotados de liberdade. Justamente por isso, jamais se poderá prever com certeza a conduta deles para amanhã.⁹³

Essa limitação não pode ser ignorada. O pesquisador em ciências humanas é um ator que influencia seu objeto de pesquisa e esse objeto, por sua vez, é capaz de um comportamento voluntário e consciente. O resultado é que a construção do saber nas ciências humanas possui uma medida do verdadeiro que difere das ciências naturais. Aqui, o verdadeiro apenas pode ser um verdadeiro relativo e provisório. Com isso, ao sugerir a alteridade (uma abordagem subjetiva) como método de análise e elemento a ser considerado na construção do saber, o presente trabalho incorre, conseqüentemente, na impossibilidade de alcançar a precisão de uma lei, tais quais regem as ciências naturais (lei da gravidade, lei da ação e reação). Mas, ao mesmo tempo, atende a uma

⁹¹ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 37.

⁹² RAMALHO DA ROCHA, Antônio Jorge. *Relações internacionais: teorias e agendas*. Brasília: Funag/Ibri, 2002. p. 40.

⁹³ TODOROV, op. cit., p. 37.

demanda crescente na análise política e social: a abordagem multidisciplinar. A complexidade dos problemas contemporâneos revelam que “os fenômenos humanos repousam sobre a *multicausalidade*, ou seja, sobre um encadeamento de fatores, de natureza e de peso variáveis, que se conjugam e interagem.”⁹⁴ Entender as múltiplas causas do problema, portanto, não é tarefa fácil, mas se torna imperativa. Nas ciências humanas ou sociais, o objeto de estudo - ou problema - envolve interações interpessoais. Por isso a importância de entender como a imagem do outro é constituída.

A ação efetiva e prática em relação ao *outro* só se dá depois do julgamento axiológico que o *eu* faz do *outro*. O *outro* é, portanto, construído pelo *eu*. A imagem que cada indivíduo possui do *outro* é construída por ele próprio. Jorge Larrosa e Nuria Pérez de Lara afirmam que a imagem do *outro*

se trata da imagem dos loucos feita pelas pessoas com uso da razão e da sem-razão que, afinal, são as que definem o sentido da razão e da sem-razão; as imagens das crianças feitas pelas pessoas adultas que são as que determinam o que é maturidade e a imaturidade; a imagem dos selvagens feita pelas pessoas civilizadas que são as que definem o que é a civilização e a barbárie; a imagem dos estrangeiros feita pelas pessoas nativas que são as que definem o que é ser ou não ser membro de uma comunidade; a imagem dos delinquentes feitas pelas pessoas de bem que são as que determinam o que é ser ou não ser uma pessoa dentro da lei; [...] Em todos esses casos, somos nós que definimos o outro [...] somos nós que decidimos como é o outro, o que é que lhe falta, de que necessita, quais são suas carências e aspirações.⁹⁵

O resultado é que

a alteridade do outro permanece como que reabsorvida em nossa identidade e a reforça ainda mais; torna-a, se possível, mais arrogante, mais segura e mais satisfeita de si mesma. A partir deste ponto de vista, o louco confirma e reforça nossa razão [...]; a criança, a nossa maturidade; o selvagem, a nossa civilização; o marginalizado, a nossa integração; o estrangeiro, o nosso país.⁹⁶

A construção do *outro* não ocorre, portanto, de forma unilateral. É por isso que Larrosa e Lara propõem a inversão da direção do modo de olhar: a imagem do outro não como a imagem que olhamos, mas como a imagem que nos olha e nos interpela. Afirmam eles que

⁹⁴ LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p.43.

⁹⁵ LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez de. (Org.) *Imagens do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 7 -8.

⁹⁶ Ibidem. p. 8.

o outro, ao olhar-nos, põe-nos em questão, tanto o que nós somos como todas essas imagens que construímos para classificá-lo, para excluí-lo, para proteger-nos de sua presença incomoda, para enquadrá-lo em nossas instituições, para submetê-lo às nossas práticas e, finalmente, para fazê-lo como nós, isto é, para reduzir o que pode ter de inquietante e ameaçador.⁹⁷

Também nesse ponto existem implicações consideráveis para Relações Internacionais. No mundo globalizado contemporâneo, como os indivíduos percebem os estrangeiros? Há o esforço de procurar entender, por outro lado, como os estrangeiros os percebem? Como as diferentes nacionalidades, religiões, posições políticas se veem? Há a consciência que “não só percebo, mas também sou percebido”? E que tão importante quanto a imagem que construo do *outro*, é a imagem que o *outro* constrói de mim?

Captar da forma mais precisa possível quem é, como pensa e como age o *outro* significa, dessa forma, não só considerar a imagem que se constrói *dele*, mas a imagem que *ele* constrói do *eu*. É necessária uma abordagem empática, ou seja, se colocar no lugar do *outro*. Só assim o conhecimento se aproximará, o tanto quanto possível, de seu objetivo. E o objetivo da presente análise é oferecer elementos que contribuam para a inteligibilidade das relações interpessoais – e, no plano global, das relações internacionais – a partir do exemplo histórico do totalitarismo. A visão de mundo totalitária, ancorada na “tentação do bem”, estabeleceu o julgamento de valor que ditou as ações do regime e determinou a construção da imagem do *outro*. Foram aquelas concepções descritas no primeiro capítulo que direcionaram as ações do regime, e que provocaram a depreciação da vida humana. Afinal, age-se em relação ao *outro* a partir da sua identidade e do julgamento axiológico que se faz em relação à identidade dele. Definido esse julgamento subjetivo, portanto, quais as possibilidades práticas da alteridade? A construção da imagem do *outro* estabelece os rumos da ação em relação a ele. Em outras palavras, como o *eu* pode se comportar em relação ao *outro*?

2.2.2. Praxiologia

O plano praxiológico a que se refere Todorov implica considerar as ações em relação ao *outro*, se “adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o

⁹⁷ LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez de. (Org.) *Imagens do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 9.

outro impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença.”⁹⁸ Todorov desenvolve o tema ao analisar a descoberta e conquista da América no século XVI, o que, para ele, constitui o encontro mais surpreendente de nossa história, por ter sido caracterizado por um nível de estranheza nunca antes imaginado.⁹⁹ A história, exemplar no seu ponto de vista, demonstra como ocorreu o “movimento de colonização e destruição dos *outros*”, resultado do contato dos europeus com *outros* inteiramente diferentes para eles: os indígenas. Mas também o fenômeno totalitário é uma história exemplar. O movimento totalitário, ao estabelecer os “inimigos objetivos” do regime e definir quem são os “bons” e quem são os “maus”, demonstra quais consequências a negação do *outro* pode gerar. A visão de mundo e a ideologia totalitárias requerem indivíduos indesejados a serem combatidos. Afirma Arendt:

o conceito de “oponente objetivo”, cuja identidade muda de acordo com as circunstâncias do momento [...], corresponde exatamente à situação de fato reiterada muitas vezes pelos governantes totalitários, isto é, que o regime não é um governo no sentido tradicional, mas um movimento, cuja marcha constante esbarra contra novos obstáculos que têm de ser eliminados. Se é que se pode falar de algum raciocínio legal dentro do sistema totalitário, o “oponente objetivo” é a sua ideia central.¹⁰⁰

São indivíduos cuja humanidade é desconstruída. A ideologia totalitária, que dita a identidade dos homens, apresenta esses “oponentes objetivos” como *outros*, não só detentores de identidades diferentes da sua, mas como ameaças à construção de um “corpo social” perfeito. A consequência é que a ação em relação a esse *outro* se dá de maneira majoritariamente combativa. Sua eliminação é apresentada como o objetivo central do movimento. As vítimas são punidas pelo que são, e não pelo que fazem. A distância imposta pelo totalitarismo entre o *eu* e o *outro* é tão grande, que o segundo não é visto mais sequer como ser humano. Todorov explica que “para facilitar a própria tarefa, os carrascos sempre dizem: eles não são seres humanos, pertencem a uma espécie inferior e, por isso, não merecem viver.”¹⁰¹ Também a psicanálise reconhece que “o outro precisa ser desqualificado, tachado de bárbaro para que sua eliminação

⁹⁸ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: M. Fontes, 2003. p.269.

⁹⁹ Cf. Ibidem.

¹⁰⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 475.

¹⁰¹ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 83.

possa ser justificada.”¹⁰² O caso dos judeus é didático. A propaganda nazista compara-os a ratos, mosquitos, traças, piolhos, bactérias, insetos, vermes. São considerados “um câncer que se alastra”; uma praga que se dissemina e ameaça todo o “corpo do povo”, colocando em risco a “construção do paraíso na Terra.” Daí porque a “limpeza” e “higienização” da sociedade são necessárias.¹⁰³ O *outro* deve ser extirpado; só o *nós* é aceitável. O resultado da completa desumanização do outro é o que Levi chama de “violência inútil.” Argumenta ele que o recurso à violência tem, em última instância, uma finalidade. Quando se retira a humanidade do *outro*, no entanto, cria-se uma violência difusa, “com um fim em si mesma, voltada unicamente para a criação da dor: às vezes voltada para um objetivo, mas sempre redundante, sempre fora de proporção em relação ao próprio objetivo.”¹⁰⁴ É por isso que, mesmo sem necessidade para os objetivos do regime, o transporte dos prisioneiros era feito como o de animais; a nudez coletiva, uma forma de humilhação, era constante; talheres eram negados, para que comessem como animais; os ritos obrigatórios do campo tinham como finalidade degradar os prisioneiros; eram tatuados os números em seus braços, sinal de que mais se assemelhavam a animais; a porta dos moribundos era violada; o trabalho, muitas vezes inútil, era exigido até a exaustão. A lógica é que o ‘inimigo’ não devia apenas morrer, mas morrer no tormento. Por isso a inutilidade da violência. Explica Levi que os SS

tinham sido educados para a violência: a violência corria em suas veias, era normal, óbvia. Transbordava de seus rostos, de seus gestos, de sua linguagem. Humilhar, fazer o “inimigo” sofrer era seu ofício de cada dia; não raciocinavam sobre isso, não tinham segundas intenções: a intenção era aquela.¹⁰⁵

Levi relata, ainda, uma pergunta feita durante uma entrevista, em 1975, ao ex-comandante de Treblinka, Franz Stangl: “Visto que os matariam a todos (...) que sentido tinham as humilhações, as crueldades?” Stangl responde: “Para condicionar aqueles que deviam executar materialmente as operações. Para tornar-lhes possível fazer o que faziam”. Levi comenta: “Noutras palavras: antes de morrer, a vítima deve ser degradada, a fim de que o

¹⁰² KOLTAL, Caterina. A Tentação do Bem: o caminho mais curto para o pior... *Ágora*, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, p. 9 – 17, jan/jun 2002. p. 11

¹⁰³ COHEN, Peter. *Arquitetura da Destruição*. São Paulo: Estúdio Versátil, 2006. 1 DVD.

¹⁰⁴ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 91 – 92.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 105.

assassino sinta menos o peso de seu crime. É uma explicação não carente de lógica, mas que brada aos céus: é a única utilidade da violência inútil.”¹⁰⁶

Há, além dessa negação e combate feroz ao *outro*, cujo tipo ideal é percebido no totalitarismo, outras atitudes possíveis. Todorov afirma que a percepção que Colombo tem dos índios tem dois componentes, presentes “até o século seguinte e, praticamente, até nossos dias.” Diz ele:

Ou ele pensa que os índios (apesar de não utilizar esses termos) são seres completamente humanos com os mesmos direitos que ele, e aí considera-os não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre os outros, ou então parte da diferença, que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a substância humana realmente, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo. Estas duas figuras básicas da experiência da alteridade baseiam-se no egocentrismo, na identidade de seus próprios valores com os valores em geral, de seu eu com o universo; na convicção de que o mundo é um.¹⁰⁷

Em ambas as abordagens o resultado é o assimilacionismo (ou colonização) e pressupõe, também de forma axiológica, uma estrutura fixa de visão de mundo do colonizador, que percebe e experimenta o *outro* por meio da subjugação. Uma terceira forma de ação em relação ao outro, além da eliminação e da colonização, é aquela que se caracteriza não mais por uma visão fixa e etnocêntrica do *outro*, mas, sim, pelo reconhecimento de sua legitimidade cultural. Nessa forma de contato, o respeito e tolerância ao outro são elementos ativos: o *outro* é assumido como diferente, mas a sua diferença é lida por meio de um padrão que reconhece essa diferença como legítima e, por ser legítima, deve ser tolerada. É o “discurso do multiculturalismo tolerante”, constantemente empregado nos dias de hoje para explicar os novos mapas culturais construídos a partir do processo de globalização.¹⁰⁸ A relação constituída sob a tolerância, no entanto, não é o ideal puro da alteridade. Explica José Valdeinei Albuquerque Miranda:

¹⁰⁶ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 108.

¹⁰⁷ TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: M. Fontes, 2003. p. 58 – 59.

¹⁰⁸ Cf. MIRANDA, José Valdeinei Albuquerque. Tolerar ou compreender o outro? Uma leitura hermenêutica da alteridade. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 59 – 70, jul / dez 2005. p. 65.

Por sua vez, o sujeito que tolera ainda é o mesmo que coloniza, subjuga e hierarquiza o modo de ser outro na sua alteridade; a diferença é que, em sua nova roupagem, a atitude de assimilação substituiu a visão etnocêntrica da cultura do outro pelo discurso do multiculturalismo tolerante, fundado nos princípios de respeito e tolerância às diferenças culturais. [...] o sujeito da tolerância convive com o modo de ser do Outro desde que não entre em confronto com a sua cultura, com o seu modo de vida, ou seja, que o outro deve ser tolerado – desde que não ameace nem coloque em questão a identidade do sujeito que o tolera.¹⁰⁹

Há, por fim, ao lado do combate, da colonização e da tolerância, uma quarta possibilidade de ação: a compreensão. Nessa prática, a abordagem é hermenêutica, onde o encontro com o outro é um convite insistente para que o intérprete cultural se deixe envolver num espaço de um mundo novo, diferente, alheio ao seu. O conceito de cultura, inevitavelmente associado a qualquer argumento sobre alteridade ou identidade, tal como formulado por Clifford Geertz, caminha no mesmo sentido. Diz ele:

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.¹¹⁰

Nessa abordagem, portanto, não se pretende unificar “as teias de significados” entre o *eu* e o *outro* - nem hierarquizá-las. Pretende-se, isso sim, romper com uma postura etnocêntrica e criar novas formas de relacionamento, que assumam por base o reconhecimento das alteridades. Compreender o *outro* enquanto *outro* significa, dentro dessa abordagem, relativizar sua cultura.¹¹¹ O importante é a consciência que o esforço de compreensão é uma das formas possíveis em que o *eu* se relaciona com *outro*. A recusa do totalitarismo em reconhecer a existência do *outro* é a outra face da moeda, o extremo da compreensão. Para o movimento totalitário, não há o que compreender ou interpretar, já que o *outro* não tem sequer o direito de existir.

Conclui-se que a ação em relação ao *outro*, ou seja, a dimensão praxiológica da alteridade pode ser dividida em ao menos quatro possibilidades: o combate, a

¹⁰⁹ MIRANDA, José Valdeinei Albuquerque. Tolerar ou compreender o outro? Uma leitura hermenêutica da alteridade. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 59 – 70, jul / dez 2005. p. 64.

¹¹⁰ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 15.

¹¹¹ Para mais, cf. GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 47 – 67.

assimilação ou colonização, a tolerância e a compreensão. Essas quatro categorias são formuladas no presente trabalho a partir do pensamento de Arendt, Todorov e Miranda.¹¹² Este último desenvolve as três últimas categorias: colonização, tolerância e compreensão. Por entender que o extremismo do fenômeno totalitário, a partir do pensamento arendtiano, se constitui categoria a parte, foi acrescentada a ação de eliminação do *outro*, como uma quarta possibilidade prática diante da alteridade. Quanto mais rígida e inflexível a visão de mundo, mais a ação em relação ao *outro* se aproxima da categoria do combate e eliminação. Identidades intolerantes à diversidade tendem a combater de forma mais agressiva a diferença, ou seja, tendem a combater o lugar do *outro* no mundo. E que forma mais extremada e intolerante de dividir o mundo, senão a divisão em dois lados: o bom e o mau? Não é essa, afinal, a divisão que o totalitarismo prega? É preciso, portanto, considerar o perigo do maniqueísmo.

2.3. Maniqueísmo

O fenômeno totalitário, ao negar a alteridade, cria “um maniqueísmo que divide o mundo em duas partes mutuamente exclusivas, os bons e os maus, e que fixa como objetivo o aniquilamento desses últimos.”¹¹³ A visão totalitária de mundo é capaz de diferenciar nitidamente o certo e o errado, o bem e o mal; e essa divisão está diretamente ligada à alteridade: *eu* ou *nós* representamos o “bem”, enquanto o *outro* é a encarnação do “mal”. Toda a lógica social no fenômeno totalitário se resume a essa dualidade e o resultado é o combate feroz ao *outro*.

A divisão maniqueísta do mundo, no entanto, não se restringe ao exemplo do totalitarismo. O estabelecimento de dicotomias opostas e exclusivas está consolidado no modo de pensar e agir do homem. Há um “desejo de simplificação” epistemológico que não condiz com a realidade. Como isso se reflete na política mundial e nas Relações Internacionais? O mundo não tem a simplicidade que agradaria ao homem, mas, pelo contrário, impõe desafios complexos à tentativa de tornar a realidade inteligível. No próximo capítulo essa reflexão será melhor trabalhada nas Relações Internacionais.

¹¹² ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: M. Fontes, 2003; e MIRANDA, José Valdeinei Albuquerque. Tolerar ou compreender o outro? Uma leitura hermenêutica da alteridade. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 59 – 70, jul / dez 2005.

¹¹³ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 45.

Cabe, aqui, utilizar o precioso exemplo do totalitarismo. Primo Levi, por exemplo, argumenta que há na História uma

tendência maniqueísta que evita os meios-tons e a complexidade: são propensas a reduzir a torrente dos acontecimentos humanos aos conflitos, e os conflitos a duelos, nós e eles, os atenienses e os espartanos, os romanos e os cartagineses. Decerto, este é o motivo da enorme popularidade dos esportes espetaculares, como o futebol, o beisebol e o pugilismo, nos quais os contendores são dois times ou dois indivíduos, bem distintos e identificáveis, e no fim da partida haverá os derrotados e os vencedores. Se o resultado é o empate, o espectador se sente fraudado e desiludido: [...] ansiava por vencedores e perdedores, identificando-os respectivamente com os bons e os maus.¹¹⁴

O problema é que não há como estabelecer critérios claros e específicos que embasem essa divisão. Levi descreve ainda que dentro dos *Lager*, por exemplo, não havia uma única e evidente divisão entre carrascos e vítimas, entre bons e maus. Os recém-chegados ao campo esperavam encontrar nos outros internos a figura de um aliado. Mas, ao contrário, logo percebiam que ali, mesmo entre os prisioneiros, havia um ambiente competitivo, com agressões constantes. Levi relata que os internos mais antigos do campo não recebiam os novatos como companheiros de infortúnio, mas com aborrecimento ou mesmo hostilidade. Mesmo que inconscientemente, muitos dos prisioneiros se igualavam aos seus opressores nazistas. Levi explica que

Entrava em jogo também a busca do prestígio, que em nossa sociedade parece ser uma necessidade insuprimível: a multidão desprezada dos velhos prisioneiros tendia a reconhecer no recém-chegado um alvo sobre o qual desafogar a humilhação, a encontrar à sua custa uma compensação, a construir a suas expensas um indivíduo de nível mais baixo sobre o qual despejar o peso das ofensas recebidas do alto.¹¹⁵

Levi conta ainda que alguns prisioneiros, pelas mais variadas razões, conquistavam algum tipo de privilégio (grande parte dos sobreviventes pertence a esse grupo) e colaboraram, em maior ou menor medida, com as autoridades dos *Lager* para conservar ou expandir esse privilégio. Há o peculiar exemplo dos *Kapo*, palavra derivada do italiano, que significa *chefe*. Prisioneiros alçados a condição de colaboradores, esses indivíduos recebiam autoridade para desempenhar atividades

¹¹⁴ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 31 – 32.

¹¹⁵ Ibidem, p. 34

diversas, geralmente ajudando os soldados no controle do campo e na condução dos afazeres dos prisioneiros. São exemplos didáticos da inexistência de binômios perfeitos *bom / mau*: alguns utilizavam sua posição privilegiada para salvar as vidas dos companheiros, tinham coragem e astúcia, “que lhes permitiram ajudar concretamente seus companheiros de muitas maneiras, estudando atentamente os diferentes oficiais SS com os quais estavam em contato, e intuindo quais deles podiam ser corrompidos, quais dissuadidos das decisões mais cruéis, quais chantageados”, etc. Muitos desses *kapos* eram, inclusive, membros de organizações secretas de defesa e utilizavam suas posições para colher informações. Por outro lado, a maior parte dos outros detentores de posições de comando, “se revelaram exemplares humanos entre medíocres e péssimos” e “não era raro que um prisioneiro fosse assassinado a pancadas por um *kapo*, sem que este tivesse de temer qualquer sanção” ¹¹⁶ Em outras palavras, não há homogeneidade entre as vítimas, sendo que algumas eram, ao mesmo tempo, carrascos.

Também do outro lado não havia apenas carrascos, opressores, “monstros”. Muitos alemães resistiram às ações totalitárias de Hitler, assim como muitos comunistas resistiram a Stalin. Tampouco aqui há uma linha visível que separa “bons” e “maus”, “certos” e “errados”. Todorov, discorrendo sobre David Rousset explica:

Uma das preocupações constantes de Rousset é a de quebrar o estereótipo das nacionalidades, sobretudo aquele, tão tentador, dos alemães-todos-nazistas. Para ele, essa equação é impossível, ao menos por causa dos presos políticos alemães, animadores da resistência antinazista. ¹¹⁷

Ainda demonstrando a fragilidade do maniqueísmo, Todorov continua:

Mas tampouco os guardas são todos feitos do mesmo estofado. Um *Kommandoführer* se recusa a espancar e até a vigiar; ao partir, deseja aos prisioneiros um rápido retorno aos seus lares. [...] Um outro *Meister* deixa todo dia uma torrada para seus subordinados. Um terceiro “traz tomates ou frutas, às escondidas”. Rousset conclui: “A maioria não era nazista. Eles não agüentavam mais o terror e a guerra. Mas não sabiam que caminho seguir. [...] Tinham perdido a confiança em si mesmos e nos outros. Estavam desesperados e obedientes.” ¹¹⁸

¹¹⁶ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 39 – 40.

¹¹⁷ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 182 – 183.

¹¹⁸ Ibidem.

Dentro dessa lógica é que Levi discute o que chama de “zona cinzenta”: espaço com “contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os campos dos senhores e dos escravos.” ¹¹⁹ Diz ele que o “inimigo estava ao redor, mas também dentro, o “nós” perdia seus limites, os contendores não eram dois, não se distinguia uma fronteira mas muitas e confusas, talvez inúmeras, separando cada um do outro.” ¹²⁰

O maniqueísmo, portanto, não se sustenta. Não há como delimitar de forma precisa quem é “bom” ou quem é “mal”. Também o julgamento de valor não pode ser realizado. Levi realça a impossibilidade desse tipo de julgamento. Para ele, só quem esteve na mesma situação, sob as mesmas condições é quem pode emitir juízos de valor. Argumenta Levi que esse “é um juízo que gostaríamos de confiar somente a quem se achou em circunstâncias análogas e teve oportunidade de verificar em si mesmo o que significa agir em circunstâncias forçadas.” ¹²¹ Afinal, o homem possui o livre arbítrio e não há como determinar com precisão a atitude de um indivíduo em uma situação hipotética. Por mais que suposições sejam elaboradas, a certeza é impossível. Todorov argumenta que “se bem e mal são consubstanciais à nossa vida, é que resultam da liberdade humana, da possibilidade que nós temos de escolher a todo instante entre várias opções” ¹²²; e que “a razão serve indiferentemente ao bem e ao mal, é ilimitadamente flexível, presta-se a ser instrumento de qualquer fim.” ¹²³ A alteridade e a construção da imagem do outro são, portanto, processos individuais. Não que sejam independentes da esfera pública ou de construções coletivas de identidade, mas em última instância é cada indivíduo quem decide o que fazer diante do *outro*. Enquanto alguns alemães delatavam às autoridades do III Reich os judeus fugitivos, outros alemães os acolhiam, salvando-lhes a vida. Rousseau explica bem quando afirma que “o bem e o mal brotam da mesma fonte.” ¹²⁴

As experiências totalitárias do século XX, na Alemanha e na URSS, “apresentaram-se como um recurso para sanear as sociedades burguesas de seus defeitos; e acabaram engendrando um mundo mais perigoso do que aquele que havia

¹¹⁹ LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 36.

¹²⁰ Ibidem, p. 32.

¹²¹ Ibidem, p. 37.

¹²² TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 38.

¹²³ Ibidem, p. 95.

¹²⁴ ROUSSEAU, J. J. Lettre sur la vertu, l’individu et la société. *Annales de la Société Jean-Jacques Rousseau*, XLI (1997), p. 325 *Apud* TODOROV, op. cit., p. 38.

sido alvo de seu combate.”¹²⁵ É mais um exemplo histórico que ensina: o remédio pode ser pior que a enfermidade. Isto porque a ideologia totalitária, disseminada através da propaganda do regime, encontrou terreno fértil nos indivíduos isolados e solitários, mas que, paradoxalmente, formavam uma mesma massa, cujas “teias de significado” haviam se perdido. Para viabilizar o domínio total que conduziria à solução de todos os problemas – e que, portanto, deveria ser defendido até as últimas circunstâncias –, os movimentos totalitários precisavam destruir a individualidade: só o todo importa, não as partes. A pluralidade não podia existir, pois só havia uma única verdade; e essa verdade estava com o regime. A alteridade, portanto, deveria ser extinta; a diferença, eliminada. A relação com o *outro* era levada ao extremo: existiam apenas bons e maus, dignos e indignos, desejáveis e indesejáveis. O *eu* era, obviamente, o primeiro; o *outro*, o segundo. A construção da imagem do *outro* foi regida pelo maniqueísmo. O resultado foi que a ação natural em relação ao *outro* era, não a colonização, não a tolerância, tampouco a compreensão, mas a eliminação. Os regimes totalitários utilizaram o terror e a violência como ferramentas para alcançar esse objetivo. A *banalidade do mal* e a *violência inútil* são seus produtos mais visíveis. Que lições esse fenômeno histórico oferece? Qual a contribuição que a alteridade, pensada a partir do totalitarismo, pode dar às relações internacionais?

¹²⁵ TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque de civilizações. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 15.

3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A estruturação do espaço mundial é feita por meio de indivíduos, comunidades, países diferentes entre si. O sistema internacional é inegavelmente marcado pela heterogeneidade dos atores que o constituem. Mesmo se o Estado for considerado o principal desses atores, são, no mínimo, mais de 190 organizações políticas diferentes.¹²⁶ Há que se considerar, além disso, que o Estado é uma entidade abstrata, construída e conduzida por indivíduos. Nesse sentido, Marie-Claude Smouts explica que o movimento behaviorista “contribuiu para a tomada de consciência do fato de que as relações internacionais eram feitas por seres humanos e não por entidades abstratas.”¹²⁷ Essa consciência reforça a importância da alteridade para as Relações Internacionais: seus objetos de estudo são, em última instância, relações humanas. A diversidade é inerente às relações internacionais, de modo que estudar política internacional, não deixa de ser estudar o *outro*: construir a imagem que se tem *dele* e determinar o comportamento para com *ele*.

Tome-se o exemplo da guerra, elemento essencial à análise do sistema internacional (que foi responsável inclusive pela formação de Relações Internacionais como campo autônomo do conhecimento). A guerra não existe sem alteridade. Na lógica da guerra, as diferenças suprimem qualquer possível semelhança entre os homens. A divisão *eu / outro* parece insuperável e a única solução é o combate ao *outro*; há um abismo entre o *eu* e o *outro* (que pode ser resultado de fatores políticos, econômicos, sociais ou culturais). Demétrio Magnoli não hesita ao afirmar que “a história das guerras é uma história de alteridades.”¹²⁸ Para Keegan a guerra “é sempre uma expressão de cultura, com frequência com um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura.”¹²⁹ Mesmo se considerada a célebre enunciação de Clausewitz, segundo o qual a guerra é a “continuação da política por outros meios” (afirmação que Keegan contesta veementemente); há que se lembrar que, como explica Arendt, “a política baseia-se na pluralidade dos homens” e que “a política

¹²⁶ A Organização das Nações Unidas conta com 192 Estados-membros. (UNITED NATIONS. *Un at a Glance*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/aboutun/index.shtml>>. Acesso em: 01 nov 2010.)

¹²⁷ SMOUTS, Marie-Claude (Org.). *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB, 2004. p. 17.

¹²⁸ MAGNOLI, Demétrio. No espelho da guerra. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 15.

¹²⁹ KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 28.

trata da convivência entre diferentes.”¹³⁰

As relações internacionais e a política internacional, portanto, são constantemente construídas pelas “redes de interações sociais”, entre indivíduos e Estados diferentes entre si. É o contato entre os homens, entre a pluralidade e a diversidade que modela o sistema internacional. Por isso é importante entender esse contato e considerar a alteridade. Além de ser um processo complexo, a forma como o mundo contemporâneo está estruturado intensifica o contato entre os homens a níveis nunca antes imaginados, tornando os indivíduos fisicamente muito próximos, o que não significa necessariamente que as “teias de significado” as quais estão amarrados – e que foram tecidas por eles – também caminhem para uma aproximação. No mundo atual, “as pessoas de toda parte estão expostas como nunca aos valores de outras culturas”, o que maximiza a complexidade e o peso da alteridade.¹³¹

O presente capítulo expõe a seguir, de forma sucinta, os motivos pelos quais a configuração do mundo contemporâneo potencializa o papel da alteridade nas relações internacionais. Para isso, será considerado o conceito de globalização. Em seguida, serão retomados os argumentos apresentados nos dois capítulos anteriores, com o objetivo de associar as categorias do fenômeno totalitário e a discussão sobre a alteridade à política internacional.

3.1. Globalização

O mundo contemporâneo é marcado pela globalização. É indiscutível que esse fato traz consequências marcantes para as Relações Internacionais.¹³² Mas, assim como a maioria dos conceitos das ciências sociais, o conceito de globalização está longe de alcançar um consenso. O termo não tem uma única e exata definição. David Held e Anthony McGrew sintetizam bem a discussão ao explicarem que

a globalização tem sido diversamente concebida como ação à distância [...]; como compressão espaço-temporal [...]; como

¹³⁰ ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 21.

¹³¹ HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 45.

¹³² Eiiti Sato argumenta que o estudo das relações internacionais passou por quatro momentos em sua trajetória histórica, sendo que o quarto é o período atual da globalização, onde há uma “ampla disseminação do interesse pelas relações internacionais”, incluindo no Brasil. Para mais, cf. SATO, Eiiti. Relações Internacionais como área do conhecimento e sua consolidação nas instituições de ensino e pesquisa. Texto apresentado na V Semana de Relações Internacionais da Unesp. Marília: mimeo, 2007.

interdependência acelerada [...]; como um mundo em processo de encolhimento [...]; e, entre outros conceitos, como integração global, reordenação das relações de poder inter-regionais, consciência da situação global e intensificação da interligação inter-regional.¹³³

A globalização não será tratada aqui de forma completa, mas sim específica. A presente análise pretende destacar apenas um elemento dessa discussão para demonstrar que a alteridade ganha cada vez mais relevo no mundo contemporâneo: a intensificação do contato entre o *eu* e o *outro*. Se no passado *outro* estava distante e era, de fato, um elemento totalmente diferente e alheio ao *eu*, hoje, com a compressão espaço-tempo, o longe é perto e o *outro* e o *eu* interagem e se misturam com frequência. Há uma proximidade entre o *eu* e o *outro* (que não necessariamente implica reconhecimento identitário entre ambos) Isso porque “a simples escala, intensidade, velocidade e volume das comunicações culturais globais de hoje são insuperáveis”; não se pode ignorar que “a difusão acelerada das tecnologias do rádio, da televisão, da Internet, digitais e dos satélites possibilitou a comunicação instantânea.”¹³⁴ Com isso, as pessoas são expostas, em um nível sem precedentes, aos valores de outras culturas.

Duas consequências possíveis emergem daí. De acordo com uma, a globalização fortalece as identidades dos indivíduos.¹³⁵ Para a outra, gera uma “crise de identidade.”¹³⁶ Ambas, no entanto, tem em comum o fato de elevarem o peso da alteridade a patamares cada vez maiores no mundo atual. Se a globalização fortalece as identidades, então a distinção entre o *eu* e o *outro* será cada vez maior. A tendência é que as relações interpessoais sejam, por sua vez, mais complexas. Se a globalização desconstrói a imagem que os indivíduos fazem de si mesmos, confundindo, portanto, a construção da imagem que se faz do *outro*, então as relações interpessoais também se tornarão mais complexas. Seja como for, a compressão espaço-tempo maximiza o contato entre o *eu* e o *outro*; as identidades se tornam mais sólidas ou mais confusas, o que significa que as relações interpessoais e o processo de construção da imagem do *outro* serão mais turbulentos do que já o são; e, como consequência, a alteridade ganha cada vez mais importância para as relações internacionais. É nesse contexto que

¹³³ HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 9.

¹³⁴ Ibidem, p. 45.

¹³⁵ Cf. TOMLINSON, JOHN. Globalization and Cultural Identity. In: HELD, David; MCGREW, Anthony (Ed.) *The Global Transformations Reader: an introduction to the globalization debate*. 2. ed. Cambridge: Polity, 2008.

¹³⁶ Cf. HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 8.

reflexões importantes extraídas do exemplo histórico do totalitarismo podem ser aplicadas. Há, de fato, alguma relação entre os eventos ocorridos no século passado e a política internacional contemporânea?

3.2. Totalitarismo no Mundo Contemporâneo

A preocupação com a lembrança dos acontecimentos do fenômeno totalitário e a vigília constante para que não se repitam, são constantes entre os autores que tratam do assunto. O totalitarismo não deve ser apagado da memória. Levi afirma estar convencido de que “nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo, de que todas merecem ser analisadas; de que se podem extrair valores fundamentais (ainda que nem sempre positivos) desse mundo particular que estamos descrevendo.” Diz ainda que deseja chamar a atenção sobre o fato de que o Campo foi também (e marcadamente) uma notável experiência biológica e social.”¹³⁷ Todorov explica que

se sacralizamos o passado, nós nos proibimos de compreendê-lo e de tirar dele lições que interessarão a outros tempos e outros lugares, que se aplicarão a novos atores da história. Mas se, ao contrário, nós o banalizamos, aplicando-o às situações novas, se procuramos nele soluções imediatas para as dificuldades presentes, não são menores os danos [...]. Auschwitz e Hitler têm uma lição a nos dar, mas não se assemelham a nada do que se exhibe hoje ante nossos olhos.¹³⁸

Arendt, por sua vez afirma que

a crise do nosso tempo e a sua principal experiência deram origem a uma forma inteiramente nova de governo que, como potencialidade e como risco sempre presente, tende infelizmente a ficar conosco de agora em diante, como ficaram, a despeito de derrotas passageiras, outras formas de governo surgidas em diferentes momentos históricos e baseadas em experiências fundamentais – monarquias, repúblicas, tiranias, ditaduras e despotismos.¹³⁹

Assim, o fenômeno totalitário foi único e não pode simplesmente ser invocado em analogias sem qualquer critério, pois “não se assemelha a nada do que se exhibe hoje ante nossos olhos” como apontado por Todorov. Mas, ao mesmo tempo, “carrega uma

¹³⁷ LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 88.

¹³⁸ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 359.

¹³⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 511.

lição a nos dar” que não pode ser esquecida ou ignorada. O totalitarismo, conforme apresentado por Arendt, passou a fazer parte das experiências políticas humanas.¹⁴⁰ Pode-se afirmar que a experiência totalitária passou a ser uma das matérias-primas a que se referiu Castells, que são processadas pelos homens para a construção de sua identidade. Pretende-se, aqui, apontar alguns dos elementos do fenômeno totalitário que merecem atenção no mundo globalizado contemporâneo e nas relações internacionais. São categorias discutidas no primeiro capítulo do presente trabalho, que estão diretamente inter-relacionadas entre si, e que possibilitam reflexões mais profundas sobre o totalitarismo além das constantes analogias entre o fenômeno totalitário e governos tirânicos, despóticos ou ditatoriais.¹⁴¹

3.2.1. *Tentação do bem e violência na política internacional*

A *tentação do bem* que Todorov acusou no totalitarismo também pode ser percebida na política internacional. Quem não quer fazer o “bem”? Qual país, no discurso que embasa sua política externa contemporânea, não utiliza princípios como justiça, igualdade, solidariedade, bondade, fraternidade? A discussão de valores nas Relações Internacionais é extensa. Há inclusive uma abordagem pós-positivista, relativamente recente e pouco discutida, que trata especificamente da “dimensão moral das relações internacionais”: a teoria normativa.¹⁴² Por outro lado, as correntes neoliberais e neorealistas de Relações Internacionais (de maior representação no campo), a despeito de vários pontos contraditórios, têm um aspecto em comum: “ambos os lados partem do pressuposto que os Estados se comportam como maximizadores de

¹⁴⁰ Sobre a atualidade da concepção arendtiana de totalitarismo e sobre a possível aplicação do conceito no cenário contemporâneo, cf. CARDOSO JÚNIOR, Nerione Nunes. Considerações a respeito da atualidade do conceito de totalitarismo em Hannah Arendt. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 40, n. 159, p. 291 – 300, jul/set, 2003.

¹⁴¹ É comum o uso do conceito de totalitarismo para designar governos autoritários como ditaduras, despotismos ou tiranias. A concepção arendtiana de totalitarismo, no entanto, que embasa os argumentos aqui expostos, rejeita a aplicação do termo para outros governos que não o nazismo e o comunismo sob Stalin. (cf. nota 24). Um exemplo ilustra o sentido que o termo totalitarismo adquiriu nos dias de hoje. Reportagem da revista *Veja*, de novembro de 2010, afirma que “o alinhamento do Brasil com governos totalitários como os de Cuba, Irã e Venezuela enfraqueceu o presidente junto à comunidade internacional [...]”. (DINIZ, Laura; BRASIL, Sandra; e CABRAL, Otávio. Lula e o futuro do lulismo. *Veja*, edição 2189, ano 43, n. 44, 03 nov 2010. p. 75.) Percebe-se, portanto, que o termo adquire certo teor ideológico ao englobar toda forma de governo considerado autoritário sob uma mesma denominação.

¹⁴² JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007. p. 349.

valor egoístas. Considerações morais dificilmente são mencionadas.”¹⁴³ A discussão normativa que procura o lugar da moral na política internacional ou nas teorias de Relações Internacionais é delicada. O totalitarismo contribui ao apresentar um alerta aos *policy makers* de política externa e a todos os atores que constroem o sistema internacional: “o remédio pode ser pior que a enfermidade.”¹⁴⁴ Quando um Estado, um indivíduo, uma Organização Internacional, uma ONG internacional, ou qualquer outro ator “define” o que é o “bem” e se esforça em aplicá-lo incondicionalmente, o fenômeno totalitário deve ser recordado. Incorporar o “bem” significa defender a única e concreta verdade, já que nesse tipo de postura não há espaço para divergência: pela lógica, quem não incorpora esse “bem” difundido, está do lado do “mal”. A visão de mundo totalitária encontrou a solução para todos os males da humanidade. Quando se encontra uma solução perfeita e inconteste, não se medem esforços para defendê-la e aplicá-la. A questão é: existe uma solução única e inconteste?

Todorov condena “as lições da moral dirigidas aos outros” afirmando que esse modo de pensar, “nas relações entre países, leva-nos ao projeto das cruzadas ou das guerras coloniais travadas em nome do bem” e que “também aqui, o reconhecimento da pluralidade é substituído pela tentação de fazer reinar o bem.”¹⁴⁵ Não se pode ignorar que “a busca do bem, na medida mesma em que esquece os indivíduos que deviam ser os beneficiários deste, confunde-se com a prática do mal.” A única forma de evitar esse perigo é se abrindo a questionamentos e a divergências, aceitando a pluralidade e a alteridade.

Há que se considerar, além disso, que nem sempre as ações produzem, de fato, aquilo que se espera. Mesmo que a intenção do agente seja sincera e revestida de altruísmo, nem sempre os resultados de suas ações serão positivos. É o problema, também já discutido, da distância entre a perspectiva teórica e a realidade prática, dilema fundamental de Relações Internacionais. Isso ocorre pela impossibilidade da previsão certa do comportamento humano. A Teoria Crítica de Relações Internacionais, com os trabalhos de Robert Cox e Andrew Linklater, apresenta pontos essenciais à construção de qualquer projeto teórico ao argumentar que “a ontologia precede a

¹⁴³ BALDWIN, David. A. (Ed.) *Neorealism and Neoliberalism: the contemporary debate*. New York: Columbia University, 1993. p. 9. [tradução do autor]

¹⁴⁴ TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros: para além do choque de civilizações*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 15.

¹⁴⁵ Idem. *Memória do Mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 364.

investigação” e que “a teoria segue a realidade, mas também a precede e a modela.”¹⁴⁶ Qualquer tentativa de imposição de uma explicação única, de uma verdade incontestada ou de uma teoria com força de lei, mesmo que sejam embasadas pelos mais sinceros, puros e nobres preceitos, corre o risco da *tentação do bem*. A prevenção a esse perigo é a disposição constante ao diálogo e a abertura a argumentos contrários. O totalitarismo se fechou a toda e qualquer divergência, afinal, sua visão de mundo era “perfeita.” As consequências são amplamente conhecidas. Dessa lógica emerge a conclusão de que as diferentes correntes teóricas de Relações Internacionais não podem ser utilizadas isolada ou excludentemente. Se a realidade internacional não é uniforme e imutável, também sua análise não pode ser. Realismo, liberalismo, marxismo, construtivismo, feminismo, correntes positivistas, pós-positivistas, todos têm contribuições a oferecer. Por isso o campo é formado muito mais por acréscimos do que por conclusões fechadas e isso, de forma alguma, significa demérito. Pelo contrário, a maior qualidade de Relações Internacionais é a sua recusa em adotar uma posição única e fechada: só assim o campo se aproxima da mutabilidade de seu objeto de estudo. Só assim, também, evita a *tentação do bem* e a distância entre abstrações teóricas e realidade social.

Vejamos dois exemplos. O espaço dos direitos humanos no sistema internacional contemporâneo vem crescendo e, com ele, a atuação de organismos internacionais e de organizações não-governamentais com atuação global que trabalham em defesa desses direitos. Em tese, são atuações benéficas que devem ser defendidas. Mas, se propor a defender o “bem”, se assim considerarmos a proteção dos direitos humanos, não significa necessariamente que esse objetivo será atingido. Há que se considerar quais as práticas utilizadas. Há quem afirme, por exemplo, que “os meios utilizados por defensores de direitos humanos em seu trabalho podem estar prejudicando e podem ser contraproducentes aos esforços em realizar a transformação almejada.”¹⁴⁷ Isso porque “todos querem ouvir, mas ninguém quer ajudar” e “ao produzir imagens de incompetência, dependência e fraqueza, os relatórios sobre violações de direitos humanos podem produzir mais vitimização.”¹⁴⁸ Ou ainda porque o discurso dos direitos humanos, se imposto unilateralmente e sem maiores critérios - mas apenas porque

¹⁴⁶ Cf. SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, ano 0, p. 249-282, jul./dez. 2005.

¹⁴⁷ BUKOVSKÁ, Barbora. Perpetrando o Bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos, *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, a. 5, n. 9. p. 7 – 21, dez, 2008. p. 8.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 10.

representa o “bem” - pode resultar em mais conflitos e mais violência.¹⁴⁹ Isso tudo sem falar na possibilidade de os direitos humanos serem utilizados como justificativa para ações que tem como finalidade apenas interesses políticos ou econômicos. É uma discussão que está na raiz dos direitos humanos, traduzida pelo debate entre comunitaristas (ou relativistas) e cosmopolitistas (ou universalistas).¹⁵⁰

Um segundo exemplo: o fluxo de recursos financeiros enviados como ajuda internacional para a África ocorre já há algum tempo e, no entanto, muitos dos problemas africanos não foram solucionados ou, pior, se agravaram. Argumenta-se que esses recursos acabam, no fim, financiando ditadores corruptos ou criando laços de dependência que impedem o crescimento sustentado das economias africanas.¹⁵¹ Com Estados falidos, guerras civis, genocídios tribais, apenas 1% do PIB mundial, 2% das transações comerciais globais e menos de 2% do investimento direto estrangeiro dos últimos anos, o continente africano é o que mais precisa de cooperação internacional para se desenvolver.¹⁵² A cooperação, no entanto, não deve se limitar ao envio de doações ou a contribuições financeiras, que muitas vezes não alcançam o destino esperado. É preciso inserir os africanos no processo de cooperação internacional, construindo um diálogo que acrescente visões de mundo diferentes e recuse a convicção unilateral, de quem quer que seja, que dite o que é bom e o que não é.

Com esses dois exemplos, não se pretende dizer que a defesa dos direitos humanos ou a ajuda financeira internacional à África devam se suspender. Mas, se essas práticas não encarnarem o bem de forma incontestável e se manterem abertas à divergência e a críticas, seus métodos podem ser revistos e aperfeiçoados. Visões de

¹⁴⁹ Outro exemplo interessante é a condenação do presidente do Sudão pelo TPI. Alguns críticos da medida alegam que a condenação apenas dificulta uma solução pacífica para o conflito, já que o Tribunal não tem poder para intervir de fato e alterar a realidade sudanesa. O único resultado da condenação seria o aumento das hostilidades entre o Sudão e a comunidade internacional, tornando o diálogo e a solução pacífica ainda mais distantes. Cf. REYNOLDS, Paul. Análise: Decisão sobre Sudão pode criar problemas diplomáticos. *BBC News*. 15 jul 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080715_sudaoanalise_ac.shtml>. Acesso em: 01 nov 2010.

¹⁵⁰ Cf. BRAGA, Leonardo Carvalho. O Debate Cosmopolitismo x Comunitarismo sobre Direitos Humanos e a Esquizofrenia das Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 141-169, jan/abr, 2008.

¹⁵¹ Cf. GERHARDT, Kurt. Why Development aid for Africa has Failed. *Spiegel Online*. 16 ago 2010. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,712068,00.html>> Acesso em: 20 out 2010; e MOYO, Dambisa. Why Foreign Aid is Hurting Africa. *The Wall Street Journal Online*, 21 mar 2009. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB123758895999200083.html>>. Acesso em: 20 out 2010.

¹⁵² Cf. FIORI, José Luís. Provavelmente, Deus não é africano. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 24 abr 2008. Disponível em: <<http://diplo.dreamhosters.com/2008-04,a2365.html>>. Acesso em: 20 out 2010.

mundo que se pretendam completas e imunes a críticas, mesmo que defendam valores nobres ou princípios humanistas, são, por vezes, as mais prejudiciais. É por isso que Todorov afirma que “nem o Estado democrático nem a ordem mundial têm como vocação a de encarnar o bem; é melhor que a aspiração à santidade permaneça como assunto privado.”¹⁵³

Até porque o totalitarismo ensina que a encarnação absoluta do bem resulta na eliminação de qualquer limite aos métodos empregados pelo regime para alcançar seu objetivo. A ideologia totalitária, depois de descobrir todos os segredos do mundo e apresentar uma proposta que representava o bem superior da humanidade (a “ditadura do proletariado” ou a “supremacia da raça ariana”), recorreu a métodos violentos e ao terror para implantá-la. Há que se considerar, no entanto, que o abismo entre perspectivas teóricas ou ideológicas e a realidade social faz com que os métodos utilizados para alcançar determinado projeto sejam muito mais importantes que o objetivo final pretendido, já que a implementação plena deste último não é garantida, enquanto os métodos produzem efeitos imediatos.

O terror e a violência foram os métodos totalitários. Mas o que dizer sobre violência nas relações internacionais? O conflito, a violência, a guerra, são, sem dúvida, objetos centrais do campo de Relações Internacionais. Recebem especial destaque no pensamento realista, onde há “uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise, resolvidos por meio da guerra.”¹⁵⁴ A dicotomia conflito/cooperação domina, portanto, as discussões no campo. Os neorealistas “vêm a cooperação internacional como ‘mais difícil de conseguir, mais difícil de manter e mais dependente do poder estatal’ do que os neoliberais.”¹⁵⁵ O debate, nesse sentido, é amplo e outras correntes teóricas também oferecem suas contribuições.¹⁵⁶ Mas, de novo, o objetivo do presente trabalho é lembrar o totalitarismo para buscar nele algumas contribuições à discussão.

O uso do terror e da violência pelos regimes totalitários alcançou proporções assustadoras (e a *violência inútil* descrita por Primo Levi é exemplo) principalmente

¹⁵³ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 364.

¹⁵⁴ JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*: Teorias e Abordagens. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007. p. 102.

¹⁵⁵ BALDWIN, David. A. (Ed.) *Neorealism and Neoliberalism*: the contemporary debate. New York: Columbia University, 1993. p. 5. [tradução do autor]

¹⁵⁶ Cf. JACKSON & SORENSEN, op. cit.; e NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

porque os alvos dessa violência tinham todos os seus direitos – inclusive sua humanidade – negados. As “partes” eram sacrificadas em benefício do “todo”, o Estado de Direito substituído pelo terror total. Por isso a importância de algum tipo de mecanismo que forneça o mínimo de proteção às “partes” no cenário internacional, sejam elas Estados ou indivíduos. Daí a importância do Direito Internacional Público, das Instituições Internacionais e do fortalecimento e garantia das três vertentes da Proteção Internacional dos Direitos Humanos (Direito Humanitário, Direitos Humanos e Direito dos Refugiados.). Arendt explica que “o terror só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra ou outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo o governo tirânico e provocar esse isolamento.”¹⁵⁷ Daí se depreende que, no sistema internacional, ao mesmo tempo em que o isolamento deve ser evitado (seja do indivíduo, seja do Estado), cada indivíduo precisa ser considerado e valorizado, mesmo que seja apenas mais um dentre toda a população mundial.

3.2.2. O lugar do indivíduo no mundo e a banalização do mal

O totalitarismo tornou os indivíduos supérfluos, descartáveis. A depreciação da vida humana no século XX, provocada tanto pelas guerras quanto pelos regimes totalitários, não pode ser ignorada pela comunidade internacional. Foram em grande parte as atrocidades cometidas pelo regime nazista que impulsionaram a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que, em seu primeiro preâmbulo, afirma “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.”¹⁵⁸ Também Arendt afirma que “o respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidades, como construtores de mundos ou co-autores de um mundo comum.”¹⁵⁹

O papel que os sobreviventes dos campos de extermínio nazistas desempenharam durante os julgamentos no pós-guerra geraram também consequências

¹⁵⁷ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 526. No debate de Relações Internacionais, Robert Keohane e Joseph Nye oferecem importantes contribuições sobre a interdependência no sistema internacional, ou seja, o contrário do isolamento, por meio da *teoria da interdependência complexa*. Para mais cf. KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3. ed. Nova Iorque: Longman, 2000.

¹⁵⁸ ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 01 nov 2010.

¹⁵⁹ ARENDT, op. cit., p. 509.

substanciais. A importância dos relatos de sobreviventes para entender o fenômeno totalitário já foi discutida anteriormente. No entanto, esses relatos contribuíram em outro sentido: no desenvolvimento do direito penal internacional. O Tribunal Penal Internacional, os tribunais *ad hoc*, e as várias Cortes de Direitos Humanos de diferentes sistemas regionais inserem a vítima das violações no processo judicial.¹⁶⁰ Algumas correntes de Direito Internacional inclusive reconhecem o indivíduo como sujeito de Direito.¹⁶¹ Um único indivíduo tem capacidade para acionar uma Corte ou um Tribunal, o que demonstra a valorização do homem e o reconhecimento de sua dignidade. Apesar de limitações, são instrumentos essenciais e seu avanço deve ser encorajado. O totalitarismo, ao depreciar tanto a vida humana, demonstra a importância de se valorizar o indivíduo.

O indivíduo sempre foi relegado a segundo plano nas relações internacionais. Apesar de neoliberais e neorealistas “discordarem quanto à importância relativa dos atores não-estatais, ambos tratam os Estados como atores principais.”¹⁶² Tampouco as demais teorias se aprofundam ou reconhecem o papel de indivíduos, enquanto atores isolados, na política internacional.¹⁶³ No entanto, no mundo globalizado contemporâneo, não há como negar que mesmo um indivíduo ou um grupo possa gerar consequências para as relações internacionais. A história do pastor norte-americano Terry Jones oferece bom exemplo. Pastor evangélico de uma minúscula congregação na Flórida, Jones causou grande repercussão internacional ao anunciar que queimaria exemplares do Alcorão, livro sagrado mulçumano, no 9º aniversário do ataque de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque. Autoridades norte-americanas e de várias partes do mundo manifestaram sua desaprovação e preocupação que o ato provocasse uma onda de ataques terroristas, além do fortalecimento de posições fundamentalistas.¹⁶⁴ Os indivíduos, portanto, devem ser sempre considerados, seja porque suas ações têm

¹⁶⁰ Cf. CANÇADO TRINDADE, A. A. *A Humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006; e Idem. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

¹⁶¹ Antônio Augusto Cançado Trindade, por exemplo, aponta a “emancipação do ser humano como sujeito do Direito Internacional”. Cf. CANÇADO TRINDADE, A. A. *A Humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 109.

¹⁶² BALDWIN, David. A. (Ed.) *Neorealism and Neoliberalism: the contemporary debate*. New York: Columbia University, 1993. p. 9. [tradução do autor]

¹⁶³ Cf. JACKSON Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007; e NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

¹⁶⁴ Cf. GRUBER, Ben. Florida pastor cancels Koran-burning plan. *Reuters*, 9 set 2010. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/idUSTRE68709M20100909>>. Acesso em: 10 out 2010.

influência na política internacional, seja porque o exemplo totalitário demonstrou que as consequências do não reconhecimento são desastrosas.

E quanto à *banalização do mal*? Que contribuições a categoria oferece para Relações Internacionais? O esvaziamento que se produz na ação e no pensamento humano é negativo em vários aspectos, mas pode ser terminal se a premissa construtivista de que “vivemos em um mundo que construímos” for considerada.¹⁶⁵ A presente análise considera que “as relações humanas, inclusive as relações internacionais consistem essencialmente de pensamentos e ideias e não de forças ou condições materiais.”¹⁶⁶ Esses pensamentos e essas ideias são os elementos que, a medida que interagem entre si, determinam como será organizado o sistema internacional. Como Alexander Wendt afirma, a “anarquia é o que os Estados fazem dela.”¹⁶⁷ Portanto, quais as implicações da ausência de pensamento crítico e do alinhamento automático do indivíduo a ideologias pré-determinadas, nas relações internacionais? Indivíduos como Eichmann representam um grande perigo para a construção do sistema internacional, não porque sejam maus, imorais ou inescrupulosos, mas porque são incapazes de elaborar um pensamento crítico. É muito mais fácil se guiar (ou se deixar guiar) pelo comportamento e pelas ideias dominantes do que pensar por conta própria.

Sem um pensamento crítico, as construções intersubjetivas mais extremas, mais radicais, com uma visão acabada e inatacável de mundo (como o totalitarismo), conquistam mais adeptos. Isso ocorre por dois motivos principais. Primeiro porque essas concepções mais extremadas defendem com mais vitalidade sua posição de mundo; segundo porque apresentam o “caminho mais fácil”, que contém todas as respostas e exibem todos os inimigos a ser combatidos. O resultado é que os que estão diretamente envolvidos em uma determinada questão tendem a tornar suas posições mais inflexíveis. A complexidade do mundo globalizado contemporâneo e a conseqüente confusão nas construções de identidade tornam esse alerta ainda mais vivo.

O fundamentalismo religioso é um exemplo didático. A ideologia disseminada pelos líderes religiosos extremistas mulçumanos, convocando seus fies à Jihad, a Guerra

¹⁶⁵ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 162.

¹⁶⁶ JACKSON Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007. p. 341.

¹⁶⁷ Cf. WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organizations*, v. 46, n. 2, p. 391 – 425, 1992.

Santa, apresenta uma visão de mundo completa, que explica tudo e não aceita divergências. Esse tipo de percepção só é construída porque encontra solo fértil em indivíduos incapazes de questionar o que lhes é transmitido, geralmente por considerarem como dogmas religiosos. Em nome desses preceitos, atuam como homens bombas ou realizam ataques terroristas contra aqueles a quem consideram “infiéis.” Não há, aqui, a pretensão de explicar seu comportamento ou determinar suas motivações; há apenas a tentativa de demonstrar o perigo para as relações internacionais em se aceitar visões de mundo sem qualquer tipo de questionamento.

3.2.3. Maniqueísmo e Relações Internacionais

O totalitarismo divide o mundo em dois lados bem definidos e mutuamente exclusivos, que incorporam o bem e o mal. A política internacional e as Relações Internacionais fogem dessa tendência maniqueísta? A resposta é não. Também na política internacional, a construção de visões de mundo que não admitem contestações e se apresentam como verdades irredutíveis constitui um perigo constante. A materialização mais nítida desse fenômeno pode ser percebida olhando-se para a Guerra Fria. A polarização entre o bloco comunista e o bloco capitalista ditou a política internacional por mais de 40 anos. Apesar da existência do Movimento dos Países Não-Alinhados, a intensidade da cisão entre comunismo e capitalismo era tão grande que todo o mundo sentia os reflexos dessa divisão. Para os países sob influência dos EUA, tudo o que fosse relativo à URSS e ao comunismo, representava retrocessos e ameaças. Era um mal que precisava ser combatido. A lógica era a mesma para os comunistas: o capitalismo e todos os seus defensores constituíam inimigos ao mundo comunista. Se o indivíduo não é capitalista, é comunista; se não é comunista, é capitalista.

O maniqueísmo, no entanto, subsiste até os dias atuais, sob diferentes roupagens. Não são poucas as divisões que contaminam a análise internacional, muitas vezes orientando as próprias discussões: Leste/Oeste; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; ricos/pobres; centro/periferia; capitalistas/comunistas; cristãos/mulçumanos; árabes/judeus; opressores/oprimidos; amigo/inimigo; direita/esquerda. O estabelecimento dessas categorias é importante para organizar o conhecimento e traduzir elementos reais do cenário internacional. Não há como negar, por exemplo, que o globo está dividido em dois hemisférios, um ao norte e outro ao sul; ou que existem duas religiões de maior expressividade, dentre várias outras, com características

distintas uma da outra: cristianismo e islamismo. O problema passa a existir quando essas divisões incorporam a lógica maniqueísta que associa um dos lados ao “bem” e o outro ao “mal.” O estabelecimento de categorias com um fim em si mesmas é extremamente prejudicial porque esvazia qualquer discussão ou análise; estas passam a representar nada mais que um embate entre posições contraditórias e previamente determinadas.

O mundo não tem a simplicidade que agradaria ao homem. Até no exemplo extremo do totalitarismo, e como demonstrado no primeiro capítulo, o maniqueísmo não se sustenta. Daí porque evitar o maniqueísmo, ou seja, o julgamento instantâneo de uma categoria com base em preconceitos axiológicos, deve ser um objetivo constante daqueles que formulam a política externa. Não há como negar, por outro lado, que o estabelecimento de categorias também pode ser uma opção deliberada de ação política. De qualquer forma, a consequência direta do maniqueísmo é a criação de inimigos “reais” e “objetivos”, assim como ocorreu nos regimes totalitários. Quando se divide o mundo em dois, entre o “bem” e o “mal”, criam-se também “inimigos” - aqueles que incorporam o “mal”. Também em relações internacionais esse perigo deve ser combatido.

George W. Bush, em seu Discurso do Estado da União em 2002, apresentou o que chamou de “Eixo do Mal”, onde incluiu Irã, Coreia do Norte e Iraque (e posteriormente Líbia, Síria e Cuba). A administração Bush considerou esses países “apoiaadores do terror” e o presidente norte-americano afirmou que “as nações tem que escolher, elas estão conosco ou com os terroristas.”¹⁶⁸ É muito similar a lógica totalitária, onde não há meio termo. Cabe lembrar a afirmação de Todorov, segundo o qual o totalitarismo cria “um maniqueísmo que divide o mundo em duas partes mutuamente exclusivas, os bons e os maus, e que fixa como objetivo o aniquilamento desses últimos.”¹⁶⁹ Durante a visita de Hugo Chávez, presidente da Venezuela, ao Irã, em outubro desse ano, Mahmoud Ahmadinejad, presidente iraniano afirmou que “os inimigos das nossas nações irão embora um dia. Esta é a promessa de Deus, e a

¹⁶⁸ BBC News. Bush renews attack on 'axis of evil'. 17 abr 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1935644.stm>> Acesso em: 30 out 2010; BBC News. US expands 'axis of evil'. 06 mai 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1971852.stm>> Acesso em: 30 out 2010. [tradução do autor]

¹⁶⁹ TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 45.

promessa de Deus será cumprida." ¹⁷⁰ O próprio Chávez, que constantemente se refere aos “inimigos da Venezuela”, comparou o ex-presidente Bush ao diabo. Na Assembleia Geral da ONU, fazendo referência a Bush, Chávez afirmou: "o diabo em pessoa está aqui nesta casa. O diabo veio aqui ontem, bem aqui." ¹⁷¹

Existem muitas condicionantes políticas, econômicas, ideológicas que orientam essas posições e não podem ser ignoradas. Pretende-se chamar a atenção aqui para o extremismo político, evidenciado pela atitude maniqueísta de apresentar um lado, o *eu*, como o “bem”, Deus; e o outro lado, o *outro*, como o “mal”, o diabo. Recordando novamente a corrente construtivista de relações internacionais, pode-se afirmar que essa divisão maniqueísta no plano das ideias tende a construir um mundo de fato polarizado ao extremo. Isso porque “os construtivistas não ignoram que exista um ‘mundo lá fora’, mas consideram que ele só faz sentido a partir do momento que nos referimos a ele, e mediante os meios que usamos para nos referirmos a ele.” ¹⁷² Se nos referirmos ao mundo por meio de divisões maniqueístas, essas divisões, de fato, se traduzirão na prática internacional. Da mesma forma que “anarquia é o que os Estados fazem dela”; as inúmeras divisões maniqueístas do mundo são o que fazemos delas. Por isso a presente análise insiste na pertinência de se recordar o fenômeno totalitário.

Emerge dessa lógica a seguinte hipótese: as formas de se evitar a divisão maniqueísta do mundo, a tentação do bem, a destruição da individualidade, a banalidade do mal e o uso da violência como meio de ação são o reconhecimento da pluralidade humana; a adoção de posições políticas mais flexíveis; e a constante abordagem crítica na construção da intersubjetividade. Em outras palavras, é preciso considerar o *outro* e a relação para com ele. Há, portanto, uma questão essencial que recupera as discussões apresentadas no capítulo anterior: como lidar com o *outro*? Como se dá essa relação em uma escala global, no sistema internacional contemporâneo, marcado pela globalização? Como a alteridade, pensada a partir do totalitarismo, se insere nas relações internacionais?

¹⁷⁰ IG Último Segundo. Chávez e Ahmadinejad declaram união contra inimigos comuns. 20 out 2010. Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/chavez+e+ahmadinejad+declaram+uniao+contra+inimigos+comuns/n1237807941622.html>>. Acesso em: 20 out 2010.

¹⁷¹ TROTTA, Daniel. Na ONU, Chávez chama Bush de “diabo”. *G1*. 20 set 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1280660-5602,00.html>>. Acesso em 20 out 2010.

¹⁷² NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 167.

3.3. Alteridade nas Relações Internacionais

Em 1993, Samuel Huntington publicou na revista *Foreign Affairs* um artigo denominado *The Clash of Civilizations?* (O Choque das Civilizações?). O autor argumentou que um novo padrão de conflito surgiria com o fim da Guerra Fria. Para Huntington, os primeiros conflitos internacionais eram entre príncipes, imperadores, monarcas que lutavam para expandir seus impérios, exércitos, territórios, área de influência mercantil. Esse padrão perdurou até a I Guerra Mundial e foi substituído pelos conflitos baseados na ideologia – primeiro entre fascismo, comunismo e liberalismo; depois entre o modelo capitalista e o comunista. Os conflitos mundiais modernos, no entanto, de acordo com Huntington, serão provocados pela cultura e pelo choque de civilizações. Nas palavras do autor:

a minha hipótese é que a principal fonte de conflito nesse novo mundo não será majoritariamente ideológica ou política. A grande divisão entre a humanidade e a fonte dominante de conflito será cultural. [...] O choque de civilizações vai dominar a política global. O conflito entre civilizações será a última fase na evolução dos conflitos no mundo moderno.¹⁷³

Huntington define civilização como uma entidade cultural, ou seja, a união de indivíduos baseada em afinidades culturais. Não ignora a heterogeneidade dentro de cada cultura e reconhece diversos níveis culturais em cada sociedade. Argumenta ele que

a cultura em um vilarejo no sul da Itália pode ser diferente da de um vilarejo no norte da Itália, mas os dois têm em comum a cultura italiana, que os distingue dos vilarejos alemães. Comunidades européias, por sua vez, compartilham características culturais que as distingue de comunidades árabes ou chinesas. Árabes, chineses e ocidentais, no entanto, não são parte de nenhuma entidade cultural maior. Eles constituem civilizações. Civilização é, portanto, o maior agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural [...] É definida tanto por elementos objetivos comuns, como a língua, história, religião, costumes, instituições, quanto pela auto-identificação subjetiva das pessoas.¹⁷⁴

Os argumentos de Huntington provocaram fervorosos debates e o autor chegou a publicar um livro para melhor desenvolver os argumentos inicialmente expostos no

¹⁷³ HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations?* *Foreign Affairs*, New York, v. 72, n. 3, Summer 1993, p.22. [tradução do autor]

¹⁷⁴ Ibidem, p.24. [tradução do autor]

artigo da *Foreign Affairs*.¹⁷⁵ O interessante nas proposições de Huntington é que os conflitos internacionais não seriam causados por interesses econômicos ou geopolíticos, mas culturais. As guerras e os focos de tensão emergiriam não por recursos materiais, poder ou território, mas porque as sociedades se perceberiam como diferentes. A repercussão do artigo e do livro, positiva ou negativamente, demonstra que o assunto ainda é delicado em Relações Internacionais. Como lidar com o *outro*, não a partir de condicionantes geoestratégicos, econômicos ou políticos, mas simplesmente porque é *outro* e não *eu* ou *nós*?

A questão da alteridade foi discutida no capítulo anterior, onde foram apresentadas quatro possibilidades de ação (dimensão praxiológica da alteridade) em relação ao *outro*: o combate ou eliminação; a colonização ou assimilação; a tolerância; e a compreensão. Como essas possibilidades são exercidas nas relações internacionais? As quatro categorias certamente não aparecem isoladamente, pois não seguem uma linearidade histórica, na qual um modo exclui ou supera o outro. Miranda, se referindo às suas três categorias (colonização, tolerância e compreensão), afirma que, pelo contrário, “seus elementos e desdobramentos encontram-se frequentemente misturados em estado puro, isto é, são ativados em dados contextos, articulando, ao mesmo tempo, as lógicas dos atores envolvidos e os fatores estruturais que os enquadram na sua ação.”¹⁷⁶ Assim, o mesmo agente pode, ao mesmo tempo, combater, colonizar, tolerar e compreender.

No início do presente capítulo foi apresentada uma breve discussão sobre a configuração do mundo contemporâneo, nitidamente marcada pela globalização. Isso para mostrar que as relações interpessoais e internacionais se tornam mais complexas: há mais atores e mais contatos entre eles. Daí porque essas quatro possibilidades de ação se confundem no mundo atual. Recorre-se ao totalitarismo aqui para argumentar que quanto mais inflexível for a visão de mundo, menos espaço a alteridade terá nesse mundo e, conseqüentemente, maiores serão os exemplos de combate e colonização do *outro* e menores serão os de tolerância e compreensão. Primo Levi alerta para o que os campos de extermínio representam nesse sentido. Diz ele:

¹⁷⁵ HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

¹⁷⁶ MIRANDA, José Valdinei Albuquerque. Tolerar ou compreender o outro? Uma leitura hermenêutica da alteridade. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 59 – 70, jul / dez 2005. p. 61.

Este [*o Campo de Extermínio*] é o produto de uma concepção de mundo levada às suas últimas consequências com uma lógica rigorosa. Enquanto a concepção resistir, suas consequências nos ameaçam. A história dos campos de extermínio deveria ser compreendida por todos como sinistro sinal de perigo.¹⁷⁷

É um perigo para o qual as relações internacionais – e, de novo, as Relações Internacionais – devem estar sempre atentas. Concorde-se ou não com Huntington, não se pode negar que o mundo é formado e construído por indivíduos e sociedades diferentes entre si. A política mundial representa a relação *eu / outro* elevada ao nível global, com elementos culturais, políticos, religiosos, ideológicos, econômicos e geográficos complexos. A maneira como essas relações são desenvolvidas determina como o mundo é organizado.

Quando a imagem do *outro* é construída a partir de uma visão de mundo como a totalitária, que não aceita divergência e não dá lugar à pluralidade humana, o *outro* é percebido como um inimigo. A construção da imagem do *outro* é carregada de julgamentos e valores negativos.¹⁷⁸ Levi já alertava para o fato de que “muitos, pessoas ou povos, podem chegar a pensar, conscientemente ou não, que ‘cada estrangeiro é um inimigo.’”¹⁷⁹ Entende-se o estrangeiro como o diferente, o *outro*. Sua não aceitação e seu combate podem ter como fundamento várias condicionantes: nacionalismo, preceitos políticos, econômicos, culturais. Seja como for, a diferença é percebida como uma ameaça e, portanto, deve ser combatida. É esse o discurso adotado por grupos extremistas. A Al-Qaeda, por exemplo, elimina a alteridade quando afirma que “todos os centros, organizações, instituições, dirigentes e fiéis cristãos são alvos legítimos para os *mujahedines*, onde puderem ser alcançados.”¹⁸⁰ Ou, mesmo que o objetivo não seja a aniquilação, a imagem que se faz do *outro* é construída de tal forma que a distância entre o *eu* e *ele* parece intransponível. Assim, a tolerância se torna pouco provável e a compreensão é praticamente descartada. O discurso do multiculturalismo tolerante, muito difundido nos dias atuais, encontra sérias dificuldades para se firmar nas práticas sociais. Ângela Merkel, chanceler alemã, afirmou que a tentativa de criar uma sociedade

¹⁷⁷ LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 7.

¹⁷⁸ Levi conta, por exemplo, que os veteranos do campo de Auschwitz usavam o termo “mulçumano” para designar os “fracos, os ineptos, os destinados à ‘seleção’” (Ibidem, p. 89.)

¹⁷⁹ Ibidem, p. 7.

¹⁸⁰ UOL Notícias. Al-Qaeda anuncia fim de ultimato e considera cristãos “alvos legítimos”. 03 nov 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2010/11/03/al-qaeda-anuncia-fim-de-ultimato-e-considera-cristaos-alvos-legitimos.jhtm>> Acesso em: 03 nov 2010.

multicultural na Alemanha “fracassou completamente.”¹⁸¹ Por que é tão difícil lidar com o *outro*? Caminhar em direção à realização plena da alteridade, ou seja, não só à tolerância, mas à compreensão do *outro* é um desafio imenso no mundo globalizado contemporâneo. Compreender implica uma atitude de descentralização do eu e abertura em direção ao outro. Significa compreender o outro naquilo que lhe é próprio e singular. Miranda afirma que

experimentar o outro em sua alteridade significa assumi-lo na sua própria estranheza e compreendê-lo naquilo que lhe faz sentido. Experimentar o outro, nesse sentido, não significa recair ao domínio do oposto, na assimilação ingênua do outro; significa fazer valer em nós mesmos o modo de vida e os argumentos contrários e adversos de nossos interlocutores.¹⁸²

Mas qual a relevância da alteridade para a política internacional? Que lugar cabe à reflexão sobre o *outro* no arranjo de poder global? Richard Haass argumenta que estamos na “Era da Não-polaridade”.¹⁸³ De acordo com ele, com o fim do sistema bipolar da Guerra Fria (EUA e URSS como as duas únicas superpotências), emergiu uma ordem unipolar (os EUA como superpotência incontestes). No entanto, esse “momento unipolar dos EUA” acabou e as relações internacionais no século XXI serão definidas pela não-polaridade. O poder será difuso, não concentrado, e a influência dos Estados diminuirá, ao passo que a dos atores não-estatais crescerá. O mundo, de acordo com ele, caminha para “numerosos centros de significativo poder.” Determinado ator pode não ter influência em questões militares globais, por exemplo, mas pode ser um ator chave em outras agendas, como meio ambiente. Assim, “será difícil classificar outros países como aliados ou adversários; eles vão cooperar em alguns assuntos e resistir em outros.”¹⁸⁴ Nesse novo cenário, onde a “globalização impulsiona a não-polaridade”, a pluralidade e alteridade ganham força. Os desafios e a complexidade da diplomacia, por sua vez, são maximizados. Com tantos atores detendo poder significativo e tentando exercer sua influência, será muito mais difícil construir

¹⁸¹ REUTERS BRASIL. Angela Merkel diz que multiculturalismo alemão fracassou. 16 out 2010. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE69F09T20101016>>. Acesso em: 16 out 2010.

¹⁸² MIRANDA, José Valdeinei Albuquerque. Tolerar ou compreender o outro? Uma leitura hermenêutica da alteridade. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 59 – 70, jul / dez 2005. p. 66.

¹⁸³ HAASS, Richard N. The Age of Nonpolarity. *Foreign Affairs*, New York, v. 87. n. 3. mai/jun. 2008. Disponível em: < <http://www.foreignaffairs.com/articles/63397/richard-n-haass/the-age-of-nonpolarity>>. Acesso em: 30 ago 2010.

¹⁸⁴ Ibidem.

respostas coletivas e fazer instituições funcionarem. Haass defende que a saída será um “multilateralismo *à la carte*” e a adoção de políticas nacionais coordenadas.¹⁸⁵ Para esse tipo de atuação, no entanto, é necessária uma abordagem empática na política internacional. Com poder e influência difusos, torna-se imperativo conhecer e aprofundar as relações com os mais diversos atores, já que suas ações impactam todo o sistema. Em outras palavras, entender e aceitar as diferenças entre os mais diversos atores no sistema internacional será inevitável. Os chineses, por exemplo, possuem uma concepção de proteção do meio ambiente diferente da dos britânicos, mas qualquer iniciativa dentro do regime internacional de meio ambiente passa pelos dois. Como conciliar? É preciso saber qual é a visão do *outro*, mesmo que seja para contestá-la.

Também Fareed Zakaria, ao traçar o que considera as configurações da política internacional em um mundo pós-americano, argumenta que está ocorrendo uma transformação em todo o mundo, cujo elemento mais significativo é a ascensão de vários países no sistema internacional. De acordo com ele, a era moderna está passando por uma grande mudança: a “ascensão do resto”. Nesse novo sistema internacional, “países de todos os cantos do mundo não são mais objetos ou observadores, mas atores por seus próprios méritos.”¹⁸⁶

Se consideradas análises como a de Haass e a de Zakaria, não só o contato entre diferentes indivíduos, sociedades e países se torna mais intenso, como também o poder distribuído entre esses atores se torna mais difuso. Mais atores constroem o sistema internacional. Atores com diferenças significativas entre si. O relacionamento entre esses atores, portanto, se torna mais complexo e a necessidade de compreensão como prática da alteridade passa a ser vital. O domínio total, tal qual pretendido por Hitler e Stalin, não é mais viável no mundo contemporâneo. No entanto, a forma de lidar com o *outro* utilizada pelo totalitarismo, ou seja, sua negação enquanto elemento constituinte da mesma humanidade, ainda oferece perigo. O desafio é fazer com que a tentativa de compreensão do outro e a abordagem empática figurem como elementos chaves nos mais diferentes regimes internacionais.¹⁸⁷ Se o mundo “não é predeterminado, mas sim

¹⁸⁵ HAASS, Richard N. The Age of Nonpolarity. *Foreign Affairs*, New York, v. 87. n. 3. mai/jun. 2008. Disponível em: < <http://www.foreignaffairs.com/articles/63397/richard-n-haass/the-age-of-nonpolarity>>. Acesso em: 30 ago 2010.

¹⁸⁶ ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 13.

¹⁸⁷ Por regimes internacionais, entendem-se “conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos decisórios em torno do qual convergem as expectativas dos atores em uma determinada área das relações internacionais.” KRASNER, Stephen D. Structural Causes and regimes

construído à medida que os atores interagem” e se “agentes e estrutura são co-constitutivos uns dos outros” ¹⁸⁸, então a interação humana baseada na compreensão e na valorização da alteridade produzirá o mundo estável que as Relações Internacionais sempre buscaram.

consequences: regimes as intervening variables. In: _____. (Ed.) *International Regimes*. Nova Iorque: Cornell University, 1983. p. 2. [tradução do autor]

¹⁸⁸ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166.

CONCLUSÃO

Aqueles que tomam conhecimento das atrocidades cometidas pelos regimes totalitários encontram dificuldades para traduzir em palavras as percepções que essas descobertas provocam. Os assassinatos nas câmaras de gás nazistas; os esquadrões de fuzilamento; o trabalho exaustivo cujo resultado certo é a morte, a fome generalizada como punição; a imposição de práticas cruéis com o único objetivo de provocar dor e sofrimento; os assombrosos centros de extermínio, como Auschwitz (de onde “só se saía pela Chaminé”); e muitos outros horrores do totalitarismo tendem a ser instintivamente associados ao ‘mal’, à barbárie, à irracionalidade, a atitudes desumanas e monstruosas. No entanto, foram ações praticadas não por animais ou indivíduos dotados de uma natureza diferente, mas por seres humanos, igualmente reunidos sob o rótulo da ‘humanidade’. São também os homens que estruturam o sistema internacional, constroem o mundo comum a todos eles e determinam o que são as relações internacionais e, conseqüentemente, as Relações Internacionais. O presente trabalho pretendeu olhar para os regimes totalitários em busca de subsídios que contribuam para tornar esse mundo mais inteligível. Os principais elementos encontrados foram a intolerância e a incompreensão da humanidade do *outro*.

As categorias do totalitarismo expostas aqui são todas expressões da negação da alteridade e seus exemplos ensinam que essa negação produz efeitos devastadores. A mesma lição se aplica às relações internacionais. Talvez as discussões propostas no presente trabalho ofereçam muito mais dúvidas e possibilidades de análise futura do que conclusões efetivas. Cada uma das categorias aqui apresentadas (a visão totalitária de mundo, a *tentação do bem*, o terror e a violência como métodos de ação, a destruição da individualidade, a *banalização do mal* e o papel do indivíduo no mundo totalitário) possibilita discussões extensas sobre a política internacional e pode ser melhor aprofundada. A monografia se limitou a indicar as contribuições que o estudo do totalitarismo oferece ao analista de relações internacionais. Dessas, a que se sobressai é a necessidade de reconhecimento do *outro*, de sua humanidade, seus direitos, seu lugar na construção do mundo e no sistema internacional. Só através desse reconhecimento pleno é que os indivíduos, os povos, as nações, as civilizações, os Estados se tornarão propícios ao diálogo, à tolerância e à compreensão. Reconhecida e valorizada a alteridade, a ação em relação ao *outro* se aproxima de uma abordagem empática: o *eu* se

coloca no lugar do *outro* na busca de entender seus interesses, suas motivações, seus princípios. Não se trata de um mundo utópico, perfeito, onde condicionantes econômicas e interesses egoístas são relevadas em prol de uma “humanidade comum”. Trata-se apenas de não confundir adversário com inimigo. Estar aberto a críticas e a posições divergentes e buscar a compreensão como forma de lidar com o *outro* são atitudes perfeitamente compatíveis mesmo com uma concepção realista do sistema internacional. Há uma velha máxima da diplomacia, por exemplo, segundo a qual “os Estados não têm amigos, têm interesses.” Mas e se o interesse dos Estados for ter amigos?

Reconhecer que o *outro*, mesmo diferente, por vezes mesmo adversário, tem direito a um espaço legítimo no mundo e não pode simplesmente ser eliminado em nome de uma unicidade perfeita (por mais paradisíaca que pareça), é fundamental na construção do sistema internacional, ainda mais o contemporâneo, nitidamente marcado pela globalização. Além desse reconhecimento, o exemplo extremo do totalitarismo impõe a reflexão sobre a necessidade da consciência crítica, não só em relação aos outros, mas também a si mesmo. Seria como desligar-se de si para tornar-se capaz de se olhar de fora, como se estivesse sendo observado pelos olhos de outra pessoa, exercendo, dessa maneira, um juízo crítico. Atitudes como essas, aliadas ao reconhecimento da alteridade e à compreensão como prática dominante nas relações internacionais, evitam a *tentação do bem*, a *banalidade do mal*, a destruição da individualidade e o maniqueísmo na política mundial. Daí a pertinência de os *policy makers* e os analistas de relações internacionais incorporarem essas reflexões às suas práticas. Os temas da agenda internacional contemporânea, no mundo globalizado, requerem um olhar crítico, ciente dos preconceitos existentes e que procure compreender o *outro* em questão: o conflito Israel – Palestina e as formas de ação que ambos os lados encontram para defender seus interesses; as políticas norte-americanas que levaram às guerras no Iraque e no Afeganistão, e a própria “guerra ao terror”; os protestos anti-imigrantes na Europa e as crescentes atitudes xenofóbicas mundo afora; o fundamentalismo islâmico e os atentados terroristas; a polêmica envolvendo a questão nuclear iraniana; dentre muitos outros exemplos.

Se inserir no mundo a partir de uma visão maniqueísta da realidade internacional trará como consequência a construção de um mundo efetivamente dividido e instável. Por outro lado, a aceitação da pluralidade e da diversidade, inerentes à humanidade, resultará em maior cooperação internacional, mesmo que isso não signifique

necessariamente ausência de conflito. Reconhecer a divergência e a pluralidade dos homens e das ideias não implica incorporá-las ou submeter-se a elas, mas aceitar seu direito de existência - e não se insurgir contra ele. Não é possível distinguir, além disso, os compreensíveis dos incompreensíveis, os tolerantes dos intolerantes. Rotular dessa maneira significa ir contra os argumentos aqui expostos. Os homens não são tolerantes ou intolerantes: apenas seus atos podem ser assim classificados. É preciso ter ciência não só disso, mas de que qualquer um, mesmo o *eu*, está sujeito a agir, em algum momento, de uma forma similar àquela adotada pelos regimes totalitários.

Os “atos civilizados”, que consideram o *outro*, na política internacional, repleta de jogos de interesse e poder, não são utopias. O mundo no qual as relações internacionais se desenvolvem, não é um “mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites.”¹⁸⁹ O totalitarismo já demonstrou, no extremo oposto, que “tudo é possível.”

O presente trabalho e os argumentos nele desenvolvidos possuem limitações substanciais. A análise proposta, por exemplo, é facilmente identificada com o caráter generalista do campo das Relações Internacionais; dela emergem pontos de reflexão distintos, que, no entanto, não deixam de ser correlacionados. Dessa característica nascem também, conforme discutido acima, várias possibilidades de análise futura: a influência da alteridade nas condicionantes econômicas, políticas e sócias que moldam o sistema internacional; a valorização do indivíduo enquanto unidade a ser considerada na política global (seu papel no Direito Internacional e sua relação com o Estado); o processo de construção da imagem do *outro* no mundo contemporâneo e suas consequências para as relações internacionais; a existência de concepções, valores e ideais que dividem o mundo de forma nítida entre opostos irreduzíveis e, assim, condicionam a ação política no sistema internacional; entre outros exemplos. O tema ainda tem muito a render.

¹⁸⁹ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 162.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5 ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.

ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Fim da História, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou? *Meridiano 47*, Brasília, n. 114, p. 8 – 17, jan. 2010.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 109 – 125, jan./abr. 2010.

APPLEBAUM, Anne. *Gulag: Uma História dos Campos de Prisioneiros Soviéticos*. São Paulo: Ediouro, 2004.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2009.

_____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

AUSCHWITZ: a fábrica da morte do império nazista. Produção da BBC. Distribuição da editora Abril. Vol. 1. Londres: BBC, 2007. 1 DVD

BALDWIN, David. A. (Ed.) *Neorealism and Neoliberalism: the contemporary debate*. New York: Columbia University, 1993.

BENOIST, Alain de. *Comunismo e Nazismo: 25 reflexões sobre o totalitarismo no século XX (1917 – 1989)*. Lisboa: Hugin, 1999.

BRAGA, Leonardo Carvalho. O Debate Cosmopolitismo x Comunitarismo sobre Direitos Humanos e a Esquizofrenia das Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 141-169, jan/abr, 2008.

BRAILLARD, Philippe. *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BUKOVSKÁ, Barbora. Perpetrando o Bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos, *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, a. 5, n. 9. p. 7 – 21, dez, 2008.

CANÇADO TRINDADE, A. A. *A Humanização do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

CARDOSO JÚNIOR, Nerione Nunes. Considerações a respeito da atualidade do conceito de totalitarismo em Hannah Arendt. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a. 40, n. 159. p. 291 – 300, jul/set, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*. Volume 2. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Peter. *Arquitetura da Destruição*. São Paulo: Estúdio Versátil, 2006. 1 DVD.

FERRO, Marc. (Org.) *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.107, p. 41-78, jul, 1999.

HAASS, Richard N. The Age of Nonpolarity. *Foreign Affairs*, New York, v. 87. n. 3. mai/jun. 2008. Disponível em: < <http://www.foreignaffairs.com/articles/63397/richard-n-haass/the-age-of-nonpolarity>>. Acesso em: 30 ago 2010.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASLAM, S. Alexander; REICHER, Stephen D. Questioning the banality of evil. *The Psychologist*, Londres, v. 21, no. 1, p. 16-19, jan. 2008. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=5&hid=12&sid=c416c0a3-56c7-410f-b7eb-390018dd9ee7%40sessionmgr10>> Acesso em: 18 out. 2009.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. (Ed.) *The Global Transformations Reader: an introduction to the globalization debate*. 2. ed. Cambridge: Polity, 2008.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*, New York, v. 72, n. 3, Summer 1993, p.22 – 49.

_____. *O Choque de Civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: Teorias e Abordagens*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.

KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEOHANE, Robert. O.; NYE. Joseph S. *Power and Interdependence*. 3. ed. Nova Iorque: Longman, 2000.

KOLTAI, Caterina. A Tentação do Bem: o caminho mais curto para o pior... *Ágora*, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, p. 9 – 17, jan/jun 2002

KRASNER, Stephen D. Structural Causes and regimes consequences: regimes as intervening variables. In: _____. (Ed.) *International Regimes*. Nova Iorque: Cornell University, 1983.

LAFER, Celso. Hannah Arendt e Norberto Bobbio: convergências, afinidades, divergências. *Humanidades*, Brasília, n. 53, p. 103 – 114, jun 2007.

_____. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*, um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez de. (Org.) *Imagens do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAVILLE, Christian ; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LEVI, Primo. *É Isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. *Os Afogados e os Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós*: ensaios sobre a alteridade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Humanismo do Outro Homem*. Petrópolis: Vozes, 1993.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDES, Flávio Pedroso; LIMA, Shênia Kellen. Realismo e Institucionalismo Neoliberal: um Panorama da Evolução do mais Representativo Debate da Teoria das Relações Internacionais. *Fronteira (PUCMG)*, v. 4, p. 63-90, 2005.

MIRANDA, José Valdinei Albuquerque. Tolerar ou compreender o outro? Uma leitura hermenêutica da alteridade. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 59 – 70, jul / dez 2005.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Do problema da alteridade no pensamento freudiano: uma construção. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 2, p. 251 – 270, jul/dez 2003.

NETO, José Querino Tavares; KOZICKI, Katya. Do “eu” para o “outro”: a alteridade como pressuposto para uma (re)significação dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, n. 47, p. 65 – 80, jul/dez 2008.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Hannah Arendt e a banalidade do mal. *Herança Judaica*, São Paulo, n. 107, p. 36 – 39, set. 2000.

RAMALHO DA ROCHA, Antônio Jorge. *Relações internacionais: teorias e agendas*. Brasília: Funag/Ibri, 2002.

ROBERTS, J. M. *O Livro de Ouro da História do Mundo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SADALA, Maria Lúcia Araújo. A alteridade: o outro como critério. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 33, n. 4, dez. 1999. p. 355-357.

SATO, Eiiti. Relações Internacionais como área do conhecimento e sua consolidação nas instituições de ensino e pesquisa. Texto apresentado na V Semana de Relações Internacionais da Unesp. Marília: mimeo, 2007.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, abr. 2006. p. 207 – 236.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, William. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2 ed. Barueri: Manole, 2010.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. Teoria crítica em relações internacionais. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, ano 0, p. 249-282, jul./dez. 2005.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; e ZALEWSKI, Marysia (Ed.) *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University, 1996.

SMOUTS, Marie-Claude (Org.). *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: UnB, 2004.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. V. 2. 13. ed. Brasília: UnB, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

_____. *A Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

_____. *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque de civilizações. Petrópolis: Vozes, 2010.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organizations*, v. 46, n. 2, p. 391 – 425, 1992.

ZAKARIA, Fareed. *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, ago. 2005. p. 99 – 104.